



PREGÃO ELETRÔNICO

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TREN SURB

www.trensurb.gov.br

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

GERÊNCIA DE SUPRIMENTOS E APOIO

SETOR DE COMPRAS

PORTO ALEGRE / RS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2025

MODO DE DISPUTA: ABERTO

CRITÉRIO D JULGAMENTO: MENOR PREÇO

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

Processo Administrativo nº 0000958.00000342/2025-87

PORTAL DE LICITAÇÕES DO BANCO DO BRASIL

<https://licitacoes-e2.bb.com.br>

NÚMERO DA LICITAÇÃO: 1069937

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TREN SURB, por meio do Setor de Compras - SECOM, sediada na Avenida Ernesto Neugebauer, 1985 – Bairro Humaitá, realizará licitação, na modalidade

Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.
Av. Ernesto Neugebauer, 1985 - CEP 90250-140 - Porto Alegre - RS - Tel.: (51) 3363-8000 - Fax: (51) 3363-8166

PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço e modo de disputa aberto**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, **a Lei 13.303 de 30 de junho de 2016 e ao Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.** (disponível para seu conhecimento em nossa página - www.trensurb.gov.br) e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão:

Recebimento das propostas até: data limite: 16/05/2025 - às 09h29'

Abertura das propostas: 16/05/2025 - às 09h30'

Início da Disputa de Preços: 16/05/2025 - às 10h

Formalização de Consultas até 12/05/2025- às 17h

Informações:

Fones: (51) 3363.8238 / 3363.8115

E-mail pregoeiro: gabriel.damico@trensurb.gov.br

Referência de Tempo:

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Local:

Portal de Licitações do Banco do Brasil – <https://licitacoes-e2.bb.com.br>.

Número da licitação: 1069937

ÍNDICE

EDITAL: SEÇÃO I

ITEM ASSUNTO

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
2. OBJETO
3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
4. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS
5. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO
6. REFERÊNCIA DE TEMPO

SEÇÃO II

ITEM ASSUNTO

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME
9. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
10. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS
11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
12. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
13. DA NOTA FISCAL, INSPEÇÃO E PAGAMENTO
14. DISPOSIÇÕES GERAIS
15. CÓDIGO DE ÉTICA
16. SEI - SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES
17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

2. ANEXOS AO EDITAL:

ANEXO 01 DESCRIÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

ANEXO 02 EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

ANEXO 03 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR,
INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS e CONHECIMENTO DO CÓDIGO DE

ÉTICA

ANEXO 04 DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM ME / EPP

ANEXO 05 MODELO DE DECLARAÇÃO EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL

ANEXO 06 MINUTA DE CONTRATO

SEÇÃO I

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. denominado Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações-e".

2. DO OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação é a contratação de Serviço de Locação de Equipamentos de Informática com Instalação e Manutenção dos tipos: desktop, notebook, webcam e caixas de som, monitor e workstation/servidor tipo rack. Sendo todos os equipamentos novos, atualizados, providos de sistema operacional e software de automação de escritório, para uso nas dependências da TRENSURB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2025.

4. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

4.1. Observado o prazo legal, o fornecedor poderá formular consultas por e-mail: gabriel.damico@trensurb.gov.br, informando o n.º da licitação.

4.2. As consultas formuladas, quando tempestivas, serão respondidas ao seu questionador através de e-mail, e quando aplicável, receberá publicidade também aos demais interessados na licitação.

4.3. Aqueles que realizaram o "download" de Edital através da senha de acesso no sitio "<http://www.trensurb.gov.br/licitacoes>" ou pelo sitio "[Novo Licitações-e \(bb.com.br\)](http://Novo.Licitacoes-e.bb.com.br)" receberão mensagem das alterações técnicas ou dos prazos da licitação sempre que estas forem reconhecidamente significativas.

5. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa, conforme disposto na folha de rosto.

As propostas comerciais deverão ser lançadas diretamente no site [Novo Licitações-e \(bb.com.br\)](http://NovoLicitações-e.bb.com.br) link correspondente a este Edital, assim como a disputa em Sessão Pública na hora e data publicadas.

6. REFERÊNCIA DE TEMPO

6.1 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

SEÇÃO II

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

7.1.1. Poderão participar as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em atendimento a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e Decreto 8.538/15;

7.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

7.2.1. Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.

7.2.2. Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

7.2.3. Estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;

7.2.4. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da TRENSURB;

7.2.5. Suspensa pela TRENSURB;

7.2.6. Declarada inidônea pela União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

7.2.7. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

7.2.8. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

7.2.9. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

7.2.10. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

7.2.11. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

7.2.11.1 Parágrafo único. Aplica-se a vedação prevista no item 7.2:

I - à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente da TRENSURB;

b) empregado cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade do ente público a que a TRENSURB esteja vinculada.

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a respectiva empresa pública ou sociedade de economia

mista promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio.
- b) Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame.
- c) Abrir as propostas de preços.
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas.
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos.
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço.
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar.
- h) Declarar o vencedor.
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos.
- j) Elaborar a ata da sessão.
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.
- l) Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

- CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES -

8.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

8.2. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no licitações-e.

8.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.4. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificado.

8.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

- PARTICIPAÇÃO -

8.7. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

Obs.: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/para-fornecedores>, opção “Área do Cliente” .

8.8. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances. **Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de habilitação constantes deste edital.**

8.9. A validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

8.10. **Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.**

- CADASTRO DAS PROPOSTAS -

8.11 Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.12 No âmbito do cadastramento da proposta, o Licitante deverá preencher os campos relativos:

I. à descrição do objeto ofertado;

a) a inclusão de qualquer dado que identifique o Licitante acarretará sua desclassificação;

II. ao valor global ofertado, de acordo com as seguintes orientações:

a) devem estar incluídas no referido valor todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto a ser contratado; e

b) valor deverá ser expresso em Real (R\$);

8.13 A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da abertura da sessão pública.

8.14 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e em seus Anexos.

8.15 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei nº 14.133, de 2021, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

8.15 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

8.16 O cadastro da proposta no Licitações-e do Banco do Brasil implica a aceitação integral e irretratável dos termos do presente Edital, não sendo admitidas alegações de desconhecimento de fatos e de condições que impossibilitem ou dificultem a execução do objeto licitado.

8.17 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

8.18 Quando do cadastramento da proposta, na forma estabelecida no item 8.11, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto final máximo e obedecerá às seguintes regras:

I - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

II - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o inciso I.

§ 1º O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo de que trata o caput poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

I - valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

II - percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

§ 2º O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do caput possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

- SESSÃO PÚBLICA E FASE RECURSAL -

8.19. Na data e no horário de abertura da sessão pública, o Pregoeiro verificará as propostas recebidas, classificando para a fase de lances aquelas que estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos.

8.20. Será desclassificada pelo Pregoeiro, ficando o respectivo Licitante impedido de participar da etapa de lances, a proposta que:

I. incluir qualquer dado que identifique o Licitante e/ou qualquer Consorciado; e

II. apresentar valor simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os praticados no mercado e com os custos estimados para a execução do objeto.

8.21. É dever dos Licitantes acompanhar todas as operações realizadas no Licitações-e do Banco do Brasil durante a sessão pública, sendo responsáveis pelo ônus decorrente da perda de transações, causada pela inobservância das mensagens emitidas pelo sistema e pelo Pregoeiro, ou por sua desconexão.

8.22. Após a abertura da sessão pública, o Pregoeiro poderá suspendê-la, adiá-la ou reabri-la a qualquer momento, informando previamente os Licitantes por meio do Licitações-e do Banco do Brasil.

8.23. Iniciada a etapa de lances, a qual será realizada exclusivamente por meio do Licitações-e do Banco do Brasil, deverão ser observadas as seguintes regras:

I. os lances deverão ser formulados considerando o valor global do objeto ofertado;

II. o Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado, ainda que superior ao menor registrado no sistema, observando-se o intervalo mínimo de **R\$ 3,00 (três reais) lote 01 e 04, R\$ 4,00 (quatro reais) lote 02 e 03, R\$ 1,00 (um real) lote 05 e 06 e R\$ 10,00 (dez reais) lote 07** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

III. lances simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os praticados no mercado e com os custos estimados para a execução do objeto, serão excluídos do sistema pelo Pregoeiro; e

IV. não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro; e

V. os lances deverão ser formulados considerando-se a necessidade de cumprimento das obrigações previstas neste Edital e em seus Anexos.

8.24. No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, se o Licitações-e do Banco do Brasil permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.25. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação prévia e expressa aos Licitantes no Licitações-e do Banco do Brasil e no endereço eletrônico www.trensurb.gov.br, observada a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

8.26. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.27. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 8.26 será de 2 (dois) minutos, e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.28. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens 8.26 e 8.27, a

sessão pública será encerrada automaticamente.

8.29. Encerrada a etapa de lances sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, assessorado pela Equipe de Apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução de oferta mais vantajosa.

8.30. Encerrada a etapa de lances, se o melhor lance não tiver sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver lance apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior àquele, proceder-se-á da seguinte forma:

I. o sistema convocará a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada dentre aquelas enquadradas na condição prevista no *caput* deste subitem para, no prazo de até 5 (cinco) minutos, ofertar valor inferior ao melhor lance;

II. na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte mencionada no inciso anterior deixar de oferecer valor inferior, o sistema convocará as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III. na hipótese de todas as microempresas ou empresas de pequeno porte enquadradas na condição do *caput* deste subitem (8.30) deixarem de ofertar valor inferior, o Pregoeiro convocará o Licitante ofertante do melhor lance, dando-se prosseguimento à sessão pública;

IV. na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte ofertar valor inferior ao melhor lance, o Pregoeiro a convocará, dando prosseguimento à sessão pública.

8.31. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento do Licitante na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.32. O Licitante que se declarar microempresa ou empresa de pequeno porte para fins de obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e não possuir tal condição ficará sujeito à sanção administrativa prevista neste Edital, sem prejuízo da responsabilização em outras esferas.

8.33. O procedimento listado nos incisos do subitem 8.30 deste Edital será promovido pelo Pregoeiro, observada a ordem classificatória, sempre que o Licitante ofertante do melhor lance for desclassificado, inabilitado ou excluído deste Pregão.

8.34. Na hipótese de o melhor lance ter sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte ou na hipótese de o melhor lance não ter sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte e não haver oferta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, o Pregoeiro convocará o Licitante ofertante do melhor lance, dando-se prosseguimento à sessão pública.

8.35. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.35.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.36. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante

vencedor.

8.37. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, nos termos do inciso III do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.38. O Licitante ofertante do melhor lance deverá apresentar a proposta adequada ao lance final ofertado e os documentos de habilitação, exclusivamente por intermédio do Licitações-e do Banco do Brasil, conforme Modelo de Proposta constante neste Edital, no prazo de até 3 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro, prorrogáveis, a critério da TRENSURB.

8.38.1 Os documentos remetidos via sistema Licitações-e do Banco do Brasil poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro**.

8.36.2 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor de Protocolo da **TRENSURB**, na Avenida Ernesto Neugebauer, 1985 – Protocolo (Prédio de Apoio), Humaitá, Porto Alegre - RS.

8.39. A proposta deverá identificar o Licitante, e ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada por seu Representante Legal ou Procurador.

8.40. Os valores ofertados na proposta deverão ser expressos em Real (R\$) e com 2 (duas) casas decimais.

8.41. Devem estar incluídas no valor global ofertado todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto a ser contratado.

8.42. Após o envio da documentação de proposta, o Pregoeiro examinará a compatibilidade do preço ofertado em relação ao valor estimado para a contratação.

8.43. Nesta ocasião, o Pregoeiro poderá verificar a habilitação do Licitante ofertante do melhor lance, hipótese em que serão observadas as regras constantes no anexo 03 deste Edital.

8.44. Caso adotado o procedimento previsto no item anterior, a análise final da proposta, em todos os seus requisitos, somente será concluída se verificado o atendimento dos requisitos de habilitação do Licitante ofertante do melhor lance.

8.45. Na análise e julgamento da proposta o Pregoeiro poderá, justificadamente, sanar erros ou falhas que não alterem sua substância da proposta (vícios sanáveis), atribuindo-lhe validade e eficácia, rejeitando aquela:

- I. que possuir vícios insanáveis;
- II. que não atender às exigências deste Edital e de seus Anexos;
- III. cujo valor global for superior ao limite estabelecido no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital;
- IV. cujos valores unitários ou global forem inexequíveis, observado o disposto no item 8.45 deste Edital; ou
- V. cujos valores unitários forem considerados excessivos, nos termos do disposto no item

8.46 deste Edital.

8.46. Havendo indícios de inexecução dos valores ofertados, será instaurada diligência para que o Licitante ofertante da melhor proposta possa, no prazo fixado pelo Pregoeiro:

- I. comprovar sua exequibilidade; ou
- II. ajustar os valores ofertados.

8.47. Optando por comprovar a exequibilidade de sua proposta, o Licitante deverá apresentar justificativas e documentos que comprovem a viabilidade e a compatibilidade dos valores ofertados com os custos e despesas necessários à integral execução do objeto.

8.48. Optando por ajustar os valores ofertados, o Licitante deverá apresentar proposta readequada (tendo como limite máximo o valor global ofertado na proposta) e, se for o caso, justificativas para os ajustes realizados.

8.49. Recusada a proposta, o Pregoeiro convocará o próximo colocado, observadas as disposições relativas à preferência para microempresas e empresas de pequeno porte.

8.50. Aceita a proposta ou adotada a opção prevista no item 8.41, o Pregoeiro passará à análise de habilitação conforme disposto no anexo 03 deste Edital.

8.51. O Pregoeiro analisará a documentação apresentada, verificando o atendimento às exigências deste Edital e de seus Anexos, que poderão ser confirmadas em cadastros oficiais de empresas punidas ou sancionadas. Para fins de julgamento da habilitação poderão ser consultados outros sítios da Internet, notadamente sítios oficiais emissores de certidões.

8.52. As certidões que não possuem prazo de validade somente serão aceitas se as respectivas datas de emissão não excederem a 90 (noventa) dias corridos de antecedência da data de sua apresentação.

8.53. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão do Pregoeiro que declarar o Licitante vencedor da licitação, prorrogáveis por igual período, a critério do **TRENSURB**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sob pena de inabilitação.

8.54. Caso sejam necessários documentos complementares para o julgamento da habilitação, estes deverão ser encaminhados exclusivamente via sistema Licitações-e do Banco do Brasil no prazo de até 3 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro, prorrogáveis, a critério da TRENSURB.

8.55. Se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro convocará o próximo colocado, observada a preferência para microempresas e empresas de pequeno porte.

8.56. Constatado o atendimento de todos os requisitos de habilitação, e verificando-se a aceitabilidade da proposta, o Licitante será **declarado vencedor do certame**, abrindo-se **prazo de 24 horas** para que os Licitantes possam, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer sob pena de preclusão deste direito.

8.57. Admitida pelo Pregoeiro a intenção de recurso, as razões deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação. Os demais

licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

8.57.1. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

8.57.2. Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo.

8.57.3. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, facultada, a depender da situação concreta, a convalidação prevista em lei.

8.58. Vista dos autos do processo desta licitação bem como a extração de cópias de documentos deverão ser solicitadas, por escrito, ao Pregoeiro, pelo e-mail gabriel.damico@trensurb.gov.br. As cópias serão entregues ao Licitante mediante a cobrança do valor da reprodução, salvo se disponibilizadas em meio eletrônico.

8.59. O Pregoeiro poderá reconsiderar sua decisão ou mantê-la. Neste último caso, o Pregoeiro deverá submeter o recurso, devidamente informado, à apreciação da Autoridade Competente.

8.60. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, facultada, a depender da situação concreta, a convalidação prevista em lei.

8.61. A sessão pública somente será encerrada depois de declarado o vencedor e transcorrido o prazo para manifestação de intenção de recorrer, momento em que será disponibilizada, pelo sistema, a Ata da Sessão Pública contendo todos os atos praticados durante a sessão.

- ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO -

8.63. Definido o Licitante vencedor, o objeto licitado lhe será adjudicado, estando a licitação sujeita à homologação pela Autoridade Competente, que analisará a conveniência e oportunidade da contratação, bem como a legalidade dos atos praticados.

8.64. A qualquer tempo, a licitação poderá ser revogada ou anulada, nos limites fixados pela Lei nº 13.303/2016.

8.65. Caso seja verificada, após a abertura da sessão pública, a intenção de se revogar ou anular a licitação, será concedido aos Licitantes prazo para contestar o ato e exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa.

8.66. Na hipótese de inabilitação de todos os licitantes ou desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes o mesmo prazo de publicação da licitação para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas de sua desclassificação.

9. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

9.1 Para julgamento será adotado o critério de **MENOR "VALOR UNITÁRIO" PARA CADA LOTE**, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste

Edital.

10. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

10.1. Qualquer cidadão poderá impugnar o Edital, desde que apresentados até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

10.2. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

10.3. A ausência de impugnação ao edital implica aceitação aos seus termos.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. Constitui infração administrativa a inexecução total ou parcial do objeto ou de qualquer das obrigações previstas no edital ou contrato, bem como atrasar a prestação da garantia contratual principal, de reforço ou em face de prorrogação contratual, ensejar o retardamento da prestação ou fornecimento; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não manter todas as condições da proposta.

11.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2. multa moratória no percentual correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento), calculada sobre valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 2% (dois por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias corridos, após o qual poderá haver a rescisão do contrato 11.2.2.1 em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias corridos autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

11.2.2.1 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.2.3. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, não obstante o dever de indenizar prejuízos decorrentes;

11.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, pelo prazo de até 2 (dois) anos, nos termos do art. 146 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da TRENSURB.

11.3 A aplicação de multa por inadimplemento total ou parcial não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

11.4 A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

11.5 A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação de multas, as quais podem ser cumulativas.

11.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 83, III da Lei nº 13.303, de 2016, a Contratada que: a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303, de 2016, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante poderão ser deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos por GRU no prazo de 15 dias corridos, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente, conforme a conveniência da Administração.

11.10. As penalidades serão registradas no SICAF, quando couber.

11.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.12 Com relação a inexecução e rescisão contratual, a empresa contratada ficará sujeita também aos dispositivos estabelecidos nos artigos 146 ao 152 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Trensurb instituído nos termos da lei 13.303/2016 e Decreto 8.945/2016.

12. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, a EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. firmará contrato específico com o PROPONENTE VENCEDOR visando a execução do objeto desta licitação nos termos da minuta que integra este Edital.

12.2. O PROPONENTE VENCEDOR terá o prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, contado a partir da convocação, para receber assinatura de contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PROPONENTE VENCEDOR durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.

12.2.1 Considera-se convocação a liberação do contrato para assinatura eletrônica no ambiente SEI, para os representantes legais previamente cadastrados.

12.3. A recusa injustificada do concorrente vencedor em **assinar o contrato** dentro do

prazo estabelecido sujeitará, ainda, o concorrente à aplicação das sanções estabelecidas no item **11**.

12.4. No ato da contratação, o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa;

12.5. A assinatura do contrato estará condicionada à comprovação da regularidade da situação do PROPONENTE VENCEDOR.

12.6. O contratado terá a obrigação de manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital.

12.7. A garantia contratual responderá pelo cumprimento das disposições do contrato ficando a TRENSURB autorizada a executá-la para cobrir multas, indenizações a terceiros e pagamentos de quaisquer obrigações inclusive no caso de rescisão. No caso da garantia contratual ser na forma de Seguro Garantia fica vedado à Contratada pactuar com Terceiros (Seguradoras e ou Instituições Financeiras) cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado à garantia para o pagamento de débitos trabalhistas e previdenciários por descumprimento contratual.

13. DA NOTA FISCAL, INSPEÇÃO E PAGAMENTO

13.1. DOS PAGAMENTOS EM GERAL

13.1.1. Os pagamentos serão creditados em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas neste edital, até o 30º (trigésimo) dia após o recebimento, ou da Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo Digital, ou da Nota Fiscal de Serviço de acordo com a legislação vigente no município da empresa prestadora de serviço, no seu Protocolo ou SEMAT (Setor de Materiais da Trensurb), o que estará adstrito ao Atestado de Recebimento e ou Inspeção do Material emitido pela área requisitante ou Gestor do Contratante.

13.1.1.1. O prazo para pagamento da nota fiscal estará condicionado à correta emissão, caso não esteja será contado novo prazo a partir da data de entrega da nova nota fiscal corrigida.

13.1.1.2. Será suspenso o pagamento da nota fiscal, cujo fornecedor de Serviço ou Material, que estejam enquadrados no Artigo 4º não tenha apresentado a cada pagamento a Declaração que trata o Artigo 6º da IN 1234/2012 da RFB.

13.1.2. Para que não ocorra atraso no pagamento, devem observar todas as exigências e informações, pois a ausência ou incorreções de dados poderá atrasar o reconhecimento do vínculo de débito e conseqüentemente retardar o depósito em conta bancária.

13.1.2.1. Estando a documentação completa para encaminhamento, a CONTRATADA apresentará a fatura no Protocolo da CONTRATANTE, que a encaminhará ao Setor de Administração e Contratos - SEACO, para as providências cabíveis.

13.2. DO PAGAMENTO DE SERVIÇOS

13.2.1. Os serviços serão pagos mediante a apresentação das faturas, recibos ou notas de serviço que espelharão medições devidamente atestadas pela fiscalização, desde que acompanhados de cópia dos comprovantes de recolhimento do FGTS do mês anterior a sua aprovação e atender ao disposto na **IN Nº RFB 2110/2022 e suas Alterações**.

13.2.2. A Trensurb, como Substituto Tributário, está obrigada a fazer a Retenção de ISSQN para as Prefeituras de acordo com a legislação de cada município onde o serviço esta sendo prestado.

13.3. DA EMISSÃO DAS NOTAS FISCAIS E ACEITE DA MERCADORIA/SERVIÇO

13.3.1 Todas as Notas Fiscais deverão ser emitidas com o mesmo CNPJ do Pedido de Compras ou Contrato, uma vez que a Nota de Empenho da despesa foi com base no mesmo. Ressalva-se a Contratante o direito de devolução da Nota Fiscal, quando o CNPJ divergir do contrato.

13.3.2. Para emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), na forma da legislação tributária pertinente referente ao fornecimento de materiais, a mesma deverá ser encaminhada ao endereço eletrônico **nf-e.materiais@trensurb.gov.br**, quando se referir a operações sujeitas ao ICMS.

13.3.2.1 Materiais sujeitos a Substituição Tributária, oriundos de outros Estados, o fornecedor não esta isento das Obrigações Legais e para tanto será considerado pelo Licitante incluso no Preço o valor do ICMS da Substituição Tributária referente ao Diferencial de Alíquota, o qual deverá estar destacado na nota fiscal e ICMS recolhido pelo contratado com cópia da GNRE quitada em anexo ao DANFE. **A Trensurb é contribuinte do icms , porem somente compra para seu uso e consumo e ativo imobilizado ,dessa forma deverá ser observado a legislação vigente para o calculo desse imposto - IN 45/98, Capítulo II, Título I, Seção 10, do RICMS-RS (ICMS por dentro).**

Observação: Caso o estado do licitante não for signatário no convenio de icms para o recolhimento do diferencial de alíquota na origem, o mesmo não estará isento da responsabilidade do imposto, o qual será recolhido pela contratante mas será considerado dentro do valor contratado.

13.3.2.1.1 Notas Fiscais com mercadorias sujeitas à substituição tributária, que não constar o devido destaque na NF-e, e não estiver anexa a GNRE quitada, será rejeitada a nota fiscal e a mercadoria.

13.3.2.2. Serão rejeitados os materiais, referidos na NF-e, que não tenham sido previamente recebidos pela Trensurb, o arquivo “.xml” e o DANFE em “.PDF” no endereço de e-mail previamente indicado.

13.3.2.2.1. Deverá ainda observar a correta descrição do material e seu código de NCM correspondente, pertinente ao Pedido de Compra ou Contrato.

13.3.2.3. O Recebimento da NF-e esta condicionada a correta emissão da mesma, conforme legislação pertinente, sendo desta forma, passivo de Multa contratual, devido ao fato que os erros impedem a utilização do material e em casos de extrema necessidade pela Trensurb, podendo até ser cancelada a contratação.

13.3.2.4. Deverá ser informado nos dados adicionais da nota fiscal, o destaque dos impostos a serem retidos de acordo com a Legislação Tributária Vigente.

13.3.2.5. Não será aceita a nota fiscal que tenha sido emitida há tempo superior ao considerado pelo fisco, isto é, tempo necessário para o transporte (deslocamento do emitente até o destinatário).

13.3.3. Para emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), na forma da legislação

tributária pertinente ao fornecimento de prestação de serviços, a mesma deverá ser encaminhada ao endereço eletrônico **nf-e.servicos@trensurb.gov.br**.

13.3.3.1 Salvo, se o município da contratada não previr em sua legislação a emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica. Neste caso será aceita nota fiscal de prestação de serviço de uso comum do município, de acordo com a Lei municipal.

13.3.3.2 Não será aceita nota fiscal que tenha sido emitida em desacordo com a Legislação vigente.

13.4. DOS IMPOSTOS RETIDOS

13.4.1. Na emissão da nota fiscal, a empresa deverá destacar as retenções tributárias federais, previdenciárias e municipais a serem efetuadas pela TRENURB na condição de substituto tributário.

É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas

13.4.1.1 LEGISLAÇÃO FEDERAL:

Com base no artigo 34 da Lei nº 10.833 de 29 de Dezembro de 2003 e suas atualizações, e Instrução Normativa nº 1234/2012 e suas atualizações, a Trensurb está obrigada a fazer as Retenções de Tributos e Contribuições Federais, quando efetuar pagamentos a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, dos seguintes Tributos: IRPJ, CSLL, COFINS, PIS/PASEP.

a) Obrigação da contratada: Informar no documento fiscal o valor do Imposto de Renda e das Contribuições a serem retidos na operação (artigo 2º, § 6.º e também Art.17,§ 1º e 2º da IN SRF 1.234/12 e suas atualizações).

b) As empresas enquadradas como: OPTANTES DO SIMPLES, AMPARADAS POR ISENÇÃO, NÃO INCIDÊNCIA ou ALÍQUOTA ZERO:

b.1) Deverão destacar no documento fiscal a condição de optante, e inclusive o Enquadramento Legal conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

OBS: Não havendo o destaque se sujeitaram à Retenção do Imposto de Renda e das Contribuições, conforme art. 2º, § 5º da IN SRF 1.234/12 e suas atualizações

b.2) Apresentar Declaração, em 02 (duas) vias, conforme arts. 3º e 4º e Anexos da IN RFB 1.234/12 e suas atualizações;

OBS: Deverá ser anexada a cada Documento Fiscal esta Declaração.

13.4.2. LEGISLAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL:

A Trensurb com base na Instrução Normativa RFB 2110/2022 e suas atualizações está obrigada a fazer a Retenção de 11%, sobre os Serviços relacionados conforme Artigos 111,112 ,115,também deverá ser observado no faturamento os artigos 116 a 120 quanto a base de calculo e deduções e também o Art. 122, incisos e parágrafos no caso de subcontratação .

a) Obrigatoriedade da Contratada:

Destacar na Nota Fiscal o "Valor da Retenção" e com o título "RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL", conforme **Artigo 121** da IN, caso aplicável.

b) Destacar na Nota Fiscal a alíquota e o valor INSS a ser retido

13.4.3. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL:

13.4.3.1.A TRENURB, na condição de Substituto Tributário, está obrigada a fazer a Retenção de ISSQN para o município onde está sendo executada a prestação de serviço, conforme o caso e na forma da legislação de cada município. **Salientamos que deve ser observado os códigos de serviço conforme legislação vigente para emissão correta das notas fiscais de serviço.**

13.4.3.2. As empresas enquadradas no Simples Nacional devem mencionar na nota fiscal a alíquota de ISS de acordo com o seu enquadramento na tabela de recolhimento, conforme §4º do Art. 21 da Lei Complementar 123/2006 e suas atualizações.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados.

14.1.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a trinta minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes,

14.1.2. É atribuição do pregoeiro analisar e decidir, nos primeiros dez minutos da ocorrência de sua desconexão com o sistema eletrônico, acerca da possibilidade de suspender o pregão, caso verifique transtornos ou impedimentos ao bom andamento da etapa competitiva do certame.

14.2 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A, poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

14.3 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

14.4. Os proponentes, licitantes e contratados devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, a exemplo do Decreto nº 7.983 de abril de 2013, quando participarem de licitações públicas.

14.5. O descumprimento da regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do artigo 71, inciso IX, da

Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

14.6. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.7. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

14.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

14.10. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial da União.

14.11. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

14.12. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

14.13. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.

14.14. A aplicação da Lei nº 14.133/2021 será subsidiária no âmbito dos procedimentos de pregão eletrônico, por força do art. 77, § 6º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da TRENURB - RILC e art. 40 da Lei nº 13.303/2016.

15. CÓDIGO DE CONDUCTA / ÉTICA

É obrigatório o conhecimento do Código de Conduta / Ética da TRENURB, disponível no endereço www.trenurb.gov.br, na aba “Fornecedores”.

16. SEI - SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES

16.1. Com a implantação do SEI (Sistema Eletrônico de Informações), a Trenurb passou utilizar o Processo Administrativo Eletrônico para os procedimentos de aquisição de materiais e contratação de serviços. Desta maneira, o vencedor da licitação deverá efetuar seu cadastro como Usuário Externo, acessando o link [http://sei.trenurb.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0] ou através do site da TRENURB (aba fornecedores - processo eletrônico SEI - usuário externo) e seguindo as instruções. Maiores informações no telefone (51) 3363-8543, Protocolo Geral.

17 DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 A TRENSURB e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709/2018).

17.2 O tratamento de dados será limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, ou para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, por determinação judicial ou por requisição da ANPD.

17.3 A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados que tenha acesso durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual, relativos ao tratamento de dados pessoais que se faça necessário, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709/2018), sendo vedada a utilização de dados pessoais a que tenha acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

17.4 A CONTRATADA compromete-se a implementar e manter medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança e proteção dos dados pessoais que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito, devendo, inclusive, assegurar que todos os seus colaboradores, prepostos ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso ou conhecimento dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, segurança e sigilo de tais dados.

17.5 A CONTRATADA compromete-se a adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados, devendo comunicar formalmente e de imediato à TRENSURB a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais.

17.6 A CONTRATADA fica obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano ou prejuízo, incluindo sanções aplicadas pela ANPD, decorrentes de tratamento inadequado ou ilícito dos dados pessoais coletados para a execução das finalidades deste contrato.

NAZUR TELLES GARCIA

DIRETOR PRESIDENTE

Porto Alegre, 05 de maio de 2025.

ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA DESCRIÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1 OBJETO

1.1 Serviço de Locação de Equipamentos de Informática com Instalação e Manutenção dos tipos: desktop, notebook, webcam e caixas de som, monitor e workstation/servidor tipo rack. Sendo todos os equipamentos novos, atualizados, providos de sistema operacional e software de automação de escritório, para uso nas dependências da TRENSURB, e fornecidos de acordo com as especificações e condições constantes neste edital.

1.2 Declaramos que o objeto licitatório é de natureza comum e tem por objeto operação e giro normal dos negócios da empresa

2 CONCEITUAÇÃO

2.1 **UO – Unidade Organizacional:** setores organizacionais da TRENSURB como Diretorias, Superintendências, Gerências e Chefias.

2.2 **GEINF – Gerência de Informática da TRENSURB:** UO responsável por coordenar e manter os serviços, sistemas e contratos que a empresa possui na área da tecnologia da informação voltada aos empregados da TRENSURB.

2.3 **CCO – Centro de Controle Operacional:** UO responsável por coordenar, operar e manter a operação dos Trens.

2.4 **PCL:** Posto de comando local.

2.5 **Usuário de TI:** todas as pessoas físicas ou jurídicas que possuam relações profissionais formais e ativas com a TRENSURB, tais como: conselheiros, diretores, assessores, empregados, estagiários, prestadores de serviços, auditores externos dos órgãos de controle e visitantes que utilizem os recursos de TI com diferentes níveis de acesso.

2.6 **Estações de Trabalho:** *desktops* próprios ou locados, que rodam sistemas operacionais Windows, conectados à rede e domínio TRENSURB, utilizados pelos empregados para executarem suas atividades diárias.

2.7 **Aplicativos:** softwares desenvolvidos para rodar nas estações de trabalho e utilizados pelos empregados para executarem suas atividades diárias.

2.8 **Central de Serviços de TI:** consiste na equipe de atendimento dedicada aos diversos serviços e atividades de TI que são fornecidos pela GEINF para os empregados da TRENSURB;

2.9 **OTRS – Open Source Ticket Request System:** é um sistema de código aberto que muitas empresas utilizam para realizar o controle de pedidos e chamados, onde podem ser feitas consultas, reclamações, relatórios, etc;

2.10 **Gerenciamento de Incidentes:** conforme a norma ISO/IEC 20000, para todos os incidentes deve existir procedimentos documentados, que definam como tratar os incidentes desde seu início até seu encerramento. Durante seu atendimento, a Central de Serviços de TI

deve manter o cliente informado de tudo o que está acontecendo em relação ao incidente.

2.11 Gerenciamento de Requisições: conforme a norma ISO/IEC 20000, para todas as requisições de serviço devem existir procedimentos documentados, que definam como tratar as requisições desde seu início até seu encerramento. Durante seu atendimento, a Central de Serviços de TI deve manter o cliente informado de tudo o que está acontecendo referente à requisição.

2.12 Gerenciamento de Problemas: conforme a norma ISO/IEC 20000, para o gerenciamento de problemas, deve existir procedimentos documentados que possibilitem a identificação do problema e a obtenção de resultados, como minimizar o mesmo ou evitar certo tipo de impacto deste problema.

2.13 Gestão de Mudanças: conforme a norma ISO/IEC 20000, a gestão de mudanças deve ser estabelecida seguindo alguns critérios que possam determinar o potencial e o impacto que determinada mudança irá trazer para os serviços ou clientes.

2.14 Ambiente de TI: ambiente computacional composto pelos componentes de TI desde as estações de trabalho até os servidores, *storages* e concentrador de rede, passando por licenciamento e periféricos. O ambiente de TI deve ser monitorado para o melhor desempenho das equipes de trabalho, deverá seguir as normas dispostas no ITIL, onde constam os serviços prestados pelo ambiente de TI e as normas que o mesmo deverá seguir.

2.15 Catálogo de Serviços de TI: o catálogo de serviços de TI da TRENSURB compreende todos os serviços de TI mantidos pela GEINF, sendo atualizado anualmente.

2.16 Requisição de Mudança (RDM): consiste em um documento formal e padronizado que deve ser preenchido, atualizado e seguido sempre que seja necessário adicionar, remover ou modificar determinado serviço de TI. O documento deve conter detalhes sobre o que será feito, em qual ordem e em que data, nomear os responsáveis por cada etapa, definir testes de aceitação, entre outros detalhes relacionados à atividade a ser realizada.

2.17 Regulamento Interno de Licitações e Contratos da TRENSURB: rege as licitações e contratações de obras, serviços, inclusive os de publicidade, compras, locações, permissões de uso, concessões de uso e alienações, entre outros atos de interesse da TRENSURB. Disponível publicamente no sítio www.trensurb.gov.br, na guia 'FORNECEDORES'.

2.18 UO: Unidade Organizacional.

2.19 POS: Ponto de venda ou ponto de serviço (do inglês: Point of Sale ou Point of Service).

3 PRAZOS E GARANTIA

3.1 O contrato terá **duração de 36 (trinta e seis) meses**, a contar da emissão da Ordem de Início de Serviços (OIS), podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da TRENSURB.

3.2 O prazo de entrega dos equipamentos pela CONTRATADA é de 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da Ordem de Início dos Serviços (OIS).

3.3 O prazo de instalação dos equipamentos pela CONTRATADA é calculado em relação ao tamanho do lote. Sendo considerado 1 (um) dia útil para cada 25 (vinte e cinco)

equipamentos.

3.4 O prazo de homologação da instalação pela TRENSURB é de 1 (um) dia útil, a partir da comunicação por escrito da instalação.

4 DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 A licitante vencedora deverá encaminhar, sem ônus para a TRENSURB, amostra dos equipamentos propostos, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da solicitação formal do proponente, observando as seguintes disposições:

4.1.1 Deverá ser enviada uma unidade de cada tipo de equipamento ofertado pela licitante, conforme especificações constantes do Anexo I – Projeto Básico.

4.1.2 Os equipamentos deverão ser entregues em embalagem lacrada, na sede administrativa da TRENSURB, localizada na Av. Ernesto Neugebauer, 1985 – Humaitá, Porto Alegre/RS – CEP 90250-140.

4.1.3 As amostras poderão ser abertas, manuseadas, conectadas, desmontadas e submetidas a testes operacionais, para fins de verificação técnica. Após o término da avaliação, serão devolvidas à licitante no estado em que se encontrarem, não cabendo à TRENSURB qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes desses procedimentos.

4.1.4 A exigência de amostras se justifica com base no art. 93, § 5º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), uma vez que:

4.1.4.1 Serão utilizadas para verificar a conformidade dos equipamentos com os requisitos mínimos técnicos definidos no Projeto Básico;

4.1.4.2 Servirão como base para criação de uma imagem padrão (ghost) contendo sistema operacional, drivers e softwares de automação de escritório, a ser replicada nos demais equipamentos fornecidos, o que garantirá padronização, agilidade na implantação e maior eficiência operacional.

4.1.5 A avaliação técnica da amostra levará em conta, entre outros, os seguintes critérios:

- Compatibilidade com os requisitos mínimos técnicos constantes do Projeto Básico;
- Integridade física e qualidade do acabamento;
- Presença e funcionamento do sistema operacional e softwares exigidos;
- Desempenho básico dos equipamentos (inicialização, responsividade e operação de aplicativos);
- Capacidade de integração em rede e adequação ao ambiente corporativo.

4.1.6 O resultado da avaliação será registrado em relatório técnico e servirá como condição para aceitação dos demais equipamentos a serem fornecidos. Todos os itens constantes da proposta serão considerados atendidos a partir da análise da amostra, sendo exigido que os demais equipamentos entregues sejam idênticos ao modelo aprovado.

4.2 O não envio da amostra no prazo estipulado ou o envio em desconformidade com as especificações poderá acarretar a desclassificação da proposta.

4.3 A amostra eventualmente reprovada poderá ser retirada pela licitante, às suas expensas,

após a homologação do certame.

4.4 A amostra não integrará o lote inicial de equipamentos a ser fornecido à Administração, podendo ser recolhida ao final da avaliação técnica.

5 CONDIÇÕES DE ENTREGA E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS

5.1 O objeto deste contrato deverá ser executado nas dependências da TRENURB, os endereços e locais são:

5.1.1 Sede/Pátio/Administrativo: Av. Ernesto Neugebauer, 1985 - Humaitá, Porto Alegre - RS, 90250-140.

5.1.2 Estações: Estes endereços compreendem as estações da Linha 1 da TRENURB, que vão de Porto Alegre (estação Mercado) até Novo Hamburgo (estação Novo Hamburgo).

5.1.3 Estações do Aeromóvel: Estação ligada à Estação Aeroporto e Estação Salgado Filho ligada ao Aeroporto Salgado Filho.

5.2 Os locais estarão previamente preparados quanto à alimentação elétrica e espaço para instalação, onde colocará os equipamentos em condições de funcionamento normal.

5.3 É por conta da CONTRATADA as despesas de seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto, em conformidade com o estabelecido no edital.

5.4 A CONTRATADA entregará e instalará os equipamentos nas dependências da TRENURB, conforme indicação do gestor contratual.

5.5 A CONTRATADA deverá testar e verificar cada equipamento, notificando o gestor contratual após a instalação.

5.6 O equipamento será recusado se:

5.6.1 Entregue com as especificações técnicas inferiores das contidas na proposta vencedora.

5.6.2 Apresentar mais de 3 (três) defeitos durante os testes.

5.7 A CONTRATADA terá até 48 (quarenta e oito) horas corridas para providenciar a substituição do equipamento recusado, a partir da data de recebimento da notificação por escrito da TRENURB.

5.8 Caso seja constatado qualquer defeito em mais de 20% (vinte por cento) do total de equipamentos entregues, todo o lote de equipamentos será recusado e a CONTRATADA terá até 20 (vinte) dias úteis para proceder com a troca/entrega de novo lote, a contar da data de recebimento da notificação por escrito da TRENURB.

5.9 Os equipamentos deverão ser novos de primeiro uso entregues acondicionados adequadamente em caixas lacradas, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

5.9.1 A exigência de equipamentos novos, para primeiro uso e de um único fabricante, também se aplica às reposições futuras, tal como substituição de equipamento, excetuando-se o equipamento que retorne à TRENURB após manutenção externa.

5.10 Os equipamentos poderão ser realocados (nas dependências da TRENSURB) mediante prévia comunicação eletrônica à CONTRATADA, sem prejuízo da garantia de funcionamento.

5.11 Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA prestará assistência técnica aos equipamentos, efetuando manutenção preventiva e corretiva, com atendimento no local de instalação dos equipamentos sem ônus para a TRENSURB.

5.12 Os equipamentos deverão receber um lacre constando o logotipo da CONTRATADA ou possuir algum outro método de detecção de intrusão.

5.13 Os equipamentos deverão ter uma etiqueta com numeração a ser informada pela TRENSURB. Este número identificará o equipamento na rede da TRENSURB.

6 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados nos termos da legislação vigente.

6.2 Designar por escrito, no ato do recebimento da autorização de serviços, preposto(s) que tenha(m) poder(es) para resolução de possíveis ocorrências durante a execução desta contratação.

6.3 Fazer seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidente de trabalho, responsabilizando-se também pelas prescrições e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta contratação.

6.4 Identificar todos os equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da TRENSURB.

6.5 Cumprir as normas da TRENSURB e as disposições legais que interfiram nas execuções dos serviços.

6.6 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao TRENSURB ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução desta contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização do TRENSURB em seu acompanhamento.

6.7 Manter durante toda a execução desta contratação, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

6.8 Realizar testes e corrigir defeitos, inclusive com a sua substituição quando necessário, sem ônus para o TRENSURB durante o período de execução desta contratação.

6.9 Responder por todos os ônus referentes aos serviços objeto desta contratação, desde os salários do pessoal, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir.

6.10 Responsabilizar-se pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações dos documentos relativos à presente contratação, se necessário.

6.11 Implantar e operacionalizar os serviços nos prazos estabelecidos na presente contratação,

contados a partir da assinatura da respectiva Ordem de Início de Serviços (OIS).

6.12 Emitir relatórios mensais conforme item **15 RELATÓRIOS**. Caso o relatório não seja entregue, o pagamento não será atestado até que o mesmo seja enviado.

6.13 Terminados os trabalhos, o local dos serviços deve ser entregue limpo, desimpedido e em condições de ser utilizado para as atividades normais de trabalho, devendo ser removido todo o lixo resultante de sua execução;

6.14 Responsabilizar-se pelas despesas inerentes à logística, transporte e seguros de equipamentos, materiais e pessoal, inclusive de hospedagem e alimentação.

6.15 Utilizar via internet (web) sistema de registro de chamados para encaminhamento de chamados disponibilizado pela TRENSURB.

6.16 Manter, durante a vigência das Ordens de Serviços, em seu quadro de funcionários, pessoal técnico qualificado e em número suficiente para prestar os serviços, objeto desta contratação.

6.17 Garantir os meios necessários para que seus empregados que tenham acesso aos locais de execução dos serviços estejam uniformizados e utilizando crachá de identificação.

6.18 A garantia dos equipamentos deverá ter cobertura total para os defeitos e/ou perdas causadas por vendaval, incêndios, terremotos, raios e enchentes, exceto em casos de roubo ou perda por parte da TRENSURB..

6.19 Sempre que solicitado pela TRENSURB ou exigido em auditoria pela Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES) ou outra organização competente, a CONTRATADA deverá enviar cópia da NF com a quantidade de licenças utilizadas no contrato.

6.20 Ao final do contrato, é de responsabilidade da CONTRATADA recolher os equipamentos, para um local designado pela TRENSURB, de qualquer um dos locais citados no item 5.1. Os equipamentos deverão estar embalados adequadamente e devidamente identificados para devolução.

7 OBRIGAÇÕES DA TRENSURB

7.1 Indicar formalmente o gestor e/ou fiscal para acompanhamento da execução contratual.

7.2 Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido nesta contratação.

7.3 Exercer a fiscalização dos serviços.

7.4 Facilitar, por todos os meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhe acesso as suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus servidores e os empregados da CONTRATADA e cumprindo as obrigações estabelecidas nesta contratação.

7.5 Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e digam respeito à natureza dos serviços contratados.

7.6 Divulgar comunicados aos usuários com orientações de acionamento dos serviços e de procedimentos para o bom uso dos equipamentos.

7.7 Sempre que for constatado dano nos equipamentos decorrente de mau uso, vandalismo ou furto a CONTRATADA deverá apresentar relatório específico e detalhado para reivindicação

de ressarcimentos.

7.7.1 Para os casos citados no item 7.7 será ressarcido à CONTRATADA o VALOR DE CUSTO pago pela peça/equipamento, que teve mau uso comprovado, através da sua nota fiscal de compra. Poderá ser realizada diligência para comprovar que o valor de custo é abaixo do valor médio de mercado.

7.8 Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos que a(s) empresa(s) vencedora(s) entregar(em) fora das especificações deste contrato.

8 INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

8.1 A TRENSURB fará a solicitação para o 1º lote juntamente com a Ordem de Início de Serviço (OIS) e a CONTRATADA deverá seguir os seguintes passos para a entrega do primeiro lote:

8.1.1 Feita a OS, a CONTRATADA deverá entregar em até 10 (dez) dias corridos, 1 (um) equipamento de cada Lote com o sistema operacional e a suíte de escritório instalados.

8.1.2 A TRENSURB deverá instalar seus softwares de uso padronizado (antivírus, visualizadores de imagem, aplicativos de e-mail, etc) no equipamento modelo, em até 2 (dois) dias úteis.

8.1.3 A CONTRATADA deverá gerar, a partir deste equipamento modelo, uma imagem que será usada para instalação pela CONTRATADA nos demais equipamentos a serem entregues.

8.1.4 A CONTRATADA deverá entregar cópia em mídia contendo a imagem completa padrão e uma cópia em mídia do sistema operacional.

8.1.5 Em caso de eventual problema que exija a reinstalação de todo o ambiente, a CONTRATADA deverá proceder com a reinstalação.

8.2 A CONTRATADA receberá um cronograma de instalação dos equipamentos, onde o número de equipamentos a serem instalados será de, no mínimo, 20 (vinte) por dia útil.

8.3 Toda instalação de equipamentos se dará em horário comercial. A carga horária diária de prestação de serviço será de 8 (oito) horas, de acordo com a escala administrativa da TRENSURB, de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, não existindo Banco de Horas.

8.4 O gestor contratual estará à disposição da CONTRATADA durante todo o período de instalação dos equipamentos para resolver qualquer pendência.

8.5 A CONTRATADA receberá um Termo de Responsabilidade do(s) equipamento(s) que deverá ser devolvido ao gestor contratual assinado pela chefia da unidade organizacional que recebeu o(s) equipamento(s).

8.6 Os equipamentos serão considerados INSTALADOS quando da entrega do Termo de Responsabilidade do equipamento, devidamente assinado, ao gestor contratual.

8.7 O local dos serviços deverá ser entregue limpo, desimpedido e em condições de ser utilizado para as atividades normais de trabalho, devendo ser removido todo o lixo resultante de sua execução.

8.8 Os demais lotes deverão ser solicitados com antecedência, por escrito, e a

CONTRATADA terá até 20 (vinte) dias corridos para entrega do lote.

9 SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

9.1 A prestação dos serviços de manutenção corretiva começará a contar após o aceite da instalação do equipamento (conforme item 8.6).

9.2 Quando constatado pela TRENSURB que o equipamento apresenta problema de hardware, este deverá ser substituído pela CONTRATADA, por equipamento backup com especificação técnica idêntica – conforme Anexo I, em até 1 (um dia) útil após abertura do chamado.

9.3 A CONTRATADA deverá consertar e reinstalar o equipamento com avaria em até 2 (dois) dias úteis a contar da abertura do chamado.

9.4 Entende-se por conserto da máquina com avaria, o restabelecimento de suas funções. Em caso de manutenção de um equipamento onde ocorra a desconfiguração ou formatação do HD, a CONTRATADA deverá entregar o equipamento restaurado com todos os componentes e configurações originais.

9.5 Quando houver necessidade, seja por avaria ou desgaste natural no equipamento, a CONTRATADA efetuará troca de peças por outras que sejam equivalentes ou superiores nas suas especificações, sem ônus para a CONTRATADA.

9.6 A manutenção corretiva deverá ser realizada sempre que solicitada pela TRENSURB, para efeitos de contagem de horas para atendimento deverá ser observado o horário de trabalho comercial da TRENSURB (conforme item 8.3)

9.7 Os serviços de manutenção corretiva “on site” descritos acima incluem mão de obra, peças e, em caso de necessidade de manutenção fora das dependências da TRENSURB, transportes e seguros também se aplicam a mesma garantia, sem nenhum ônus adicional a TRENSURB.

9.8 A TRENSURB, a seu exclusivo critério, poderá solicitar que a CONTRATADA substitua, em definitivo, um equipamento defeituoso por outro novo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

9.8.1 Ocorrência de 04 (quatro) ou mais defeitos que comprometam o seu uso normal, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias.

9.8.2 Quando a soma dos tempos de paralisação de um equipamento ultrapasse 30 (trinta) horas, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias.

9.8.3 Quando do não cumprimento do prazo para solicitação de substituição definitiva do equipamento defeituoso, observada as condições anteriores, será deduzido do valor a ser pago à CONTRATADA a seguinte percentagem por atendimento fora do prazo:

9.8.3.1 De 24 a 48 horas - 25% (vinte e cinco por cento) do valor mensal de locação do equipamento em questão.

9.8.3.2 De 48 a 72 horas - 50% (cinquenta por cento) do valor mensal de locação do equipamento em questão.

9.8.3.3 Acima de 72 horas - 100 % (cem por cento) do valor mensal de locação do

equipamento em questão.

10 ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS (ANS) E NÍVEIS DE ATENDIMENTO

10.1 A gestão do contrato dar-se-á pelo estabelecimento e acompanhamento do ANS. O comprometimento referencial de atendimento se dará conforme o tipo e a severidade do chamado, seguindo o quadro abaixo.

10.2 Os prazos para o restabelecimento dos serviços aplicam-se a todos os componentes da infraestrutura do qual dependa o funcionamento dos equipamentos, por exemplo, monitor, teclado, mouse, etc.

	Incidente	Requisição
Severidade	Tempo Solução	Tempo Solução
Alta	2 h	4 h
Média	4 h	8 h
Normal	16 h	24 h

Observação: deve ser considerada jornada de 8h/dia x 5 dias /semana, por exemplo, um Incidente classificado com Severidade Normal, deverá ser solucionado em até 16h ou 2 dias úteis.

Incidente: uma perda de qualidade do serviço ou mesmo uma interrupção.

Exemplos: mouse não funciona, teclado não funciona, ruídos vindos do gabinete, etc.

Requisição: solicitação de nova demanda.

Exemplos: solicitação de movimentação de equipamento, troca de mousepad.

Classificação de Severidade:

Alta: usuário não consegue utilizar o equipamento ou defeitos no equipamento.

Exemplos: monitor não liga, teclado ou mouse inoperantes.

Média: usuário consegue utilizar o equipamento, mas algo não está funcionando corretamente.

Exemplos: monitor com problema de resolução, ruídos vindos do gabinete, mouse ou teclado com funcionamento intermitente.

Normal: pedidos de informações, esclarecimento de dúvidas, troca de mousepad, solicitações diversas que não impeçam ou não dificultem as atividades do usuário.

Tempo de Solução: prazo máximo para resolução/encerramento do chamado. Define-se como o período compreendido entre o horário de comunicação/abertura do chamado e o

horário da solução do problema, devidamente registrados. Entende-se por solução do problema a identificação e adoção de medidas corretivas pela CONTRATADA para sanar o(s) problema(s) que originou (originaram) a abertura do chamado deixando o equipamento em condições normais de operação, inclusive para os casos em que houver a necessidade de substituição de equipamento com características iguais ou superiores. Caso o equipamento original não possa ser reinstalado, a CONTRATADA deverá substituí-lo por um novo.

10.3 METAS DO ANS

- 95% dos incidentes deverão respeitar os tempos de solução;
- 95% das requisições deverão respeitar os tempos de solução;
- 92% dos chamados deverão estar enquadrados em nível de Satisfação dos Usuários (avaliação de Ótimo, Muito Bom e Bom), medido através de pesquisa mensal aplicada por profissional da Central de Serviços de TI, utilizando a amostra de 5% dos usuários que abriram chamados no período;

10.4 ATENDIMENTO DE SEGUNDO NÍVEL

A CONTRATADA deverá acionar o atendimento técnico de segundo nível sempre que verificar ocorrência onde o atendimento de primeiro nível (prestado pela nossa Central de TI) não conseguir restabelecer o equipamento, *softwares*, servidores e demais itens integrantes dos serviços;

1. O tempo de atendimento anterior ao acionamento da CONTRATADA não será contabilizado.
2. O atendimento de segundo nível deverá ser disponibilizado de segunda a sexta-feira das 8h às 18h (horário de Brasília);
3. A CONTRATADA deverá disponibilizar técnicos para efetuar a manutenção nas dependências da TRENSURB;
4. A manutenção deverá prever a substituição, quando for o caso, de toda e qualquer peça de reposição incluindo-se mouse, teclado, monitor, peças internas da CPU, sem ônus de qualquer espécie à TRENSURB;
5. A prestação de serviços técnicos de segundo nível deverá incluir a substituição total do equipamento ou de peças através da manutenção corretiva;
6. A CONTRATADA deverá sempre informar ao gestor do contrato o andamento dos atendimentos.
7. As regras do ANS serão aplicadas a partir da entrega e instalação dos equipamentos da previsão inicial, os marcos e prazos estão descritos no item **3 PRAZOS**;

11 LOTE INICIAL, TOTAL E LIMITES DE FORNECIMENTO

11.1 Após a contratação a TRENSURB emitirá ordem para fornecimento dos seguintes lotes iniciais:

11.1.1 Equipamentos tipo 1: 515 desktops de 515.

11.1.2 Equipamentos tipo 2: 66 desktops-POS de 70.

- 11.1.3 Equipamentos tipo 3: 20 desktops-avançados de 22.
 - 11.1.4 Equipamentos tipo 4: 100 notebooks de 160.
 - 11.1.5 Equipamentos tipo 5: 110 webcams e caixas de som de 110.
 - 11.1.6 Equipamentos tipo 6: 132 monitores de 132.
 - 11.1.7 Equipamentos tipo 7: 11 workstation/servidor de 12.
- 11.2 Após este pedido inicial a TRENSURB poderá requisitar lotes adicionais mínimos de 3 unidades, para os lotes de 1 até 6, até o limite total de cada tipo (conforme ANEXO I).

12 EQUIPAMENTOS DE BACKUP

12.1 Conforme abaixo, para cada tipo de equipamento discriminada, a CONTRATADA deverá disponibilizar na sede da TRENSURB, sem custos, a quantidade de equipamentos informada:

- 12.1.1 Equipamento tipo 1: 1 unidade para cada 200 unidades.
- 12.1.2 Equipamento tipo 2: 1 unidade para cada 50 unidades.
- 12.1.2 Equipamento tipo 3: 1 unidade para cada 20 unidades.
- 12.1.4 Equipamento tipo 4: 1 unidade para cada 50 unidades.
- 12.1.5 Equipamento tipo 5: 1 unidade para cada 50 unidades.
- 12.1.6 Equipamento tipo 6: 1 unidade para cada 50 unidades.
- 12.1.7 Equipamento tipo 7: Não se aplica.

13 COMUNICAÇÃO E REGISTRO DE ATENDIMENTOS

13.1 A CONTRATADA deverá fornecer o número de telefone, sítio na internet e endereço de e-mail da sua Central de Atendimento para a comunicação, pela TRENSURB, dos serviços necessários de atendimento relacionados aos equipamentos.

13.2 A CONTRATADA poderá disponibilizar outras formas de comunicação, de comum acordo com a TRENSURB, visando agilizar o atendimento.

13.3 A CONTRATADA deverá dispor desta Central de Atendimento para recebimento dos chamados de manutenção e para outras comunicações necessárias com o pessoal técnico da TRENSURB, que deverá funcionar, no mínimo, de segunda à sexta-feira, das 8h às 18h, utilizando o sistema de abertura de chamados da TRENSURB.

13.4 Quando da solicitação de serviço de manutenção corretiva a TRENSURB fornecerá, para fins de abertura de chamado técnico, as seguintes informações:

- 13.4.1 Número do chamado (com data e hora) e local onde o equipamento está instalado.
- 13.4.2 Número de série do equipamento.
- 13.4.3 Anormalidade observada.
- 13.4.4 Nome do responsável pela solicitação e número de telefone para contato.

13.4.5 Observações adicionais relevantes.

13.5 Para efeito de controle e acompanhamento na abertura dos atendimentos, a CONTRATADA deverá informar aos seus técnicos o número do chamado e o número de identificação do equipamento fornecido pela TRENSURB, independentemente da existência de outra numeração de controle da CONTRATADA.

13.6 Todas as solicitações feitas pela TRENSURB deverão ser registradas através de um sistema on-line de abertura de chamados disponibilizado pela própria TRENSURB, para acompanhamento e controle. A CONTRATADA deverá informar, ao término do atendimento no local, as informações referentes ao mesmo, de modo que sejam atualizados os registros de acompanhamento da TRENSURB.

13.7 A CONTRATADA deverá fazer o registro do atendimento no local, por meio de um Relatório de Visita (ou Ordem de Serviço) que deverá obrigatoriamente conter:

13.7.1 Identificação do chamado e do equipamento associado informados pela TRENSURB.

13.7.2 Data e hora do recebimento do chamado.

13.7.3 Data e hora do início e término do atendimento.

13.7.4 Descrição do defeito encontrado (nos casos pertinentes), providências adotadas e demais informações pertinentes dos serviços executados nos equipamentos.

13.8 O Relatório de visita deverá ser elaborado em 02(duas) vias, devendo ser assinado pelo empregado da TRENSURB e o técnico da CONTRATADA que acompanharam o atendimento, devidamente identificado pelo seu nome, ficando 01(uma) das vias em posse da TRENSURB.

13.9 Para execução dos serviços de manutenção o fornecedor somente poderá desconectar os componentes de hardware ou desinstalar qualquer software que estiverem instalados ou ligados aos equipamentos com prévia autorização da TRENSURB.

13.10 O fornecedor deverá garantir que os meios de armazenamento magnéticos e/ou óticos utilizados pelos seus técnicos estão livres de qualquer rotina alienígena (“vírus de computador voltado para a danificação ou degradação, tanto de dados, quanto de software ou hardware”).

13.11 Constatada que a contaminação dos equipamentos foi provocada por técnico do fornecedor, o mesmo estará obrigado a realizar manutenção corretiva.

14 PROPOSTA COMERCIAL

14.1 As propostas comerciais devem, OBRIGATORIAMENTE, possuir as seguintes informações:

14.1.1 Apresentação da empresa – tamanho, data de fundação, área de atuação e sedes.

14.1.2 Identificação de data e prazo de validade da proposta.

14.1.3 Preenchimento da tabela conforme modelo abaixo:

Serviços / Equipamento	Valor unitário

Tipo 1 (Desktop)	R\$ 0,00
Tipo 2 (Desktop-POS)	R\$ 0,00
Tipo 3 (Desktop-avançado)	R\$ 0,00
Tipo 4 (Notebook)	R\$ 0,00
Tipo 5 (Webcam e caixas de som)	R\$ 0,00
Tipo 6 (Monitor)	R\$ 0,00
Tipo 7 (Workstation/servidor)	R\$ 0,00

14.1.4 **O critério de seleção da proposta vencedora é:** A LICITANTE que apresentar o **MENOR "VALOR UNITÁRIO" PARA CADA LOTE** (conforme item 21 **ESTIMATIVA DE VALORES**), podendo participar de um ou mais lotes.

14.1.5 Os preços propostos deverão incluir todos os serviços, materiais, relatórios, equipamentos, ferramentas, alimentação, leis sociais, obrigações trabalhistas, administração, fornecimento de EPC/EPI's, transporte de pessoal e materiais, seguros, impostos, licenças, emolumentos fiscais, lucros, e outras despesas necessárias à totalidade do fornecimento, objeto desta licitação.

15 RELATÓRIOS

15.1. Os relatórios serão mensais e deverão conter informações quanto aos equipamentos e seus respectivos estados (ex. entregue, instalado, movimentação, em manutenção, backup, etc).

15.2. Após apresentação e aprovação dos relatórios, a CONTRATADA poderá emitir a fatura e entregá-la à TRENSURB:

15.2.1 O faturamento deverá ser efetuado com data do mês seguinte ao da medição dos serviços.

15.2.2 Os itens medidos deverão ser discriminados na nota fiscal, conforme orientação da TRENSURB.

16 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÃO

16.1 Da participação de consórcios:

16.1.1 Considerando o objeto da contratação, entende-se que **não se justifica tecnicamente nem economicamente a admissão de consórcios empresariais para participação no certame**, pelas razões a seguir expostas:

16.1.1.1 **Natureza do Objeto Simples e Homogênea:** O objeto contratual é tecnicamente simples e homogêneo, envolvendo a entrega de equipamentos padronizados e serviços de instalação e manutenção corriqueiros no mercado. Não há complexidade técnica ou diversidade de especialidades que justifique a necessidade de mais de uma empresa para a

execução contratual.

16.1.1.2 Capacidade Técnica e Econômica Individualmente Existente: O mercado fornecedor conta com diversos prestadores aptos a cumprir integralmente o objeto com recursos próprios. A exigência de capacidade técnica mínima e a qualificação econômico-financeira compatível com a integralidade do objeto já asseguram a seleção de empresa com plena condição de execução do contrato, não sendo necessário o somatório de capacidades via consórcio.

16.1.1.3 Riscos Operacionais e de Gestão Contratual: A participação em consórcio pode gerar entraves operacionais, especialmente no tocante à responsabilidade solidária e à coordenação entre consorciadas, o que pode comprometer a agilidade, a uniformidade na entrega e o suporte técnico dos equipamentos. Dado que o objeto será implantado nas dependências da TRENURB, é essencial a centralização da gestão, facilitando o controle, a comunicação e a responsabilização contratual.

16.1.1.4 Ineficiência Econômica Potencial: A formação de consórcios pode implicar em aumento de custos administrativos e operacionais (coordenação, estrutura de governança, divisão de receitas), os quais tendem a ser repassados ao contrato, sem qualquer ganho proporcional de eficiência para a Administração.

16.1.1.5 Precedentes do TCU: Conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 11196/2011 – Segunda Câmara), é legítima a vedação de consórcios quando há justificativa técnica e econômica, como a simplicidade do objeto e a suficiência da atuação individual dos potenciais fornecedores.

16.1.2 Dessa forma, com base no art. 40, § 1º do RILC, recomenda-se **a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio neste procedimento licitatório**, por inexistirem fundamentos técnicos ou econômicos que justifiquem essa modalidade de participação, considerando ainda os princípios da eficiência e da economicidade que regem a atuação da Administração Pública.

16.2 Da subcontratação:

16.2.1 Entende-se que **não se recomenda a autorização para subcontratação de qualquer parcela do objeto contratual**, conforme as razões técnicas e econômicas expostas a seguir:

16.2.1.1 Exigência de Uniformidade na Execução: O fornecimento, instalação e manutenção dos equipamentos exigem padronização, continuidade e uniformidade na execução, o que se torna mais difícil de assegurar quando há multiplicidade de executores. A subcontratação pode comprometer a consistência na qualidade dos serviços prestados e dificultar a padronização dos procedimentos técnicos e operacionais.

16.2.1.2 Responsabilidade Técnica e Operacional Direta: Dada a natureza do objeto, é essencial que a empresa contratada possua capacidade técnica própria e integral para execução dos serviços, com domínio completo sobre a infraestrutura fornecida, evitando terceirizações que possam diluir a responsabilidade direta da contratada, especialmente no tocante à manutenção e ao suporte dos equipamentos.

16.2.1.3 Riscos à Fiscalização e ao Controle Contratual: A subcontratação dificulta o acompanhamento pela Administração quanto à execução contratual, sobretudo em relação à qualidade do serviço, prazos e atendimento às especificações técnicas. A existência de terceiros subcontratados pode gerar ambiguidades na responsabilização por eventuais falhas

ou atrasos, dificultando o controle e fiscalização pela equipe gestora.

16.2.1.4 Inexistência de Ganhos Técnicos ou Econômicos Relevantes: A subcontratação de partes do objeto não apresenta benefícios técnicos ou econômicos significativos neste caso, uma vez que se trata de um fornecimento comum no mercado, em que empresas especializadas já atuam diretamente com todas as etapas do serviço, desde o fornecimento até o suporte técnico. Assim, eventuais repasses de atividades a terceiros tenderiam apenas a agregar custos adicionais ou riscos contratuais, sem ganho proporcional para a Administração.

16.2.1.5 Precedente Normativo e Jurisprudencial: O art. 40, § 1º do RILC condiciona a permissão ou vedação da subcontratação à apresentação de justificativa técnica e econômica. Neste caso, os fundamentos acima demonstram a inadequação da subcontratação, corroborando o entendimento já consolidado por órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União.

16.2.2 Diante do exposto, recomenda-se, com base no art. 59, inciso XV c/c art. 40, § 1º do RILC, **a vedação expressa à subcontratação neste procedimento licitatório**, por razões técnicas e econômicas que demonstram a inconveniência e o risco de prejuízos à boa execução contratual e à eficiência administrativa.

17 HABILITAÇÃO

17.1 Comprovação de Capacidade Técnica

17.1.1. Para fins de qualificação técnica, nos termos do art. 93, inciso II e §§ 4º e 7º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC, será exigida a apresentação, **cumulativa**, dos seguintes documentos:

a) Atestado(s) de capacidade técnica operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou, de forma satisfatória, serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, especialmente envolvendo:

- **Locação e manutenção de equipamentos de informática**, com fornecimento de equipamentos similares aos exigidos neste edital, tais como: desktops, notebooks, webcams, caixas de som, monitores e servidores tipo rack.

b) Atestado(s) de capacidade técnica profissional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o profissional indicado pela licitante atuou na coordenação, supervisão ou execução técnica de atividades relacionadas ao objeto licitado.

17.1.2. Os atestados apresentados deverão estar em nome da licitante e do profissional indicado, conforme o caso, e conter as seguintes informações mínimas:

- Razão social, CNPJ e endereço da entidade emitente;
- Descrição dos serviços prestados ou das atividades desenvolvidas;
- Período de execução;
- Indicação do(s) equipamento(s) envolvidos e respectiva quantidade, se aplicável;
- Assinatura e identificação do responsável pela emissão.

17.1.3. Será admitida a apresentação de mais de um atestado para fins de comprovação da experiência técnica operacional, desde que, **somados**, demonstrem a execução de serviços **compatíveis com ao menos 50% dos itens de maior relevância** do objeto licitado, nos termos do art. 93, § 4º do RILC.

17.1.4. O profissional indicado para comprovação da capacidade técnica profissional deverá integrar o quadro permanente da licitante ou possuir vínculo contratual com esta, devendo ser apresentado documento comprobatório (carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços, vínculo societário, ou equivalente).

17.1.5. A não apresentação dos documentos exigidos ou a apresentação em desconformidade com os requisitos estabelecidos neste item acarretará a **inabilitação da licitante**.

18 RESCISÃO CONTRATUAL

18.1 O Contrato a ser firmado com a LICITANTE vencedora poderá ser rescindido pela TRENSURB, por razões administrativas ou atendendo ao interesse público, bem como, de pleno direito, na hipótese de inadimplemento de qualquer das cláusulas contratuais, e em especial nos termos do Art. 153 e seguintes, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da TRENSURB, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 83 da Lei 13.303/16.

18.2 Poderá ainda ser rescindido o Contrato pelos seguintes motivos:

18.2.1 Se a CONTRATADA falir, entrar em recuperação judicial ou extrajudicial, tiver título protestado ou entrar em processo de extinção de qualquer forma.

18.2.2 Se a CONTRATADA transferir o Contrato no todo ou em parte sem prévia autorização da TRENSURB.

18.3 Poderão ainda as partes rescindir este contrato a qualquer tempo, de comum acordo, mediante comunicação expressa com antecedência de 90 (noventa) dias.

19 GARANTIA CONTRATUAL

19.1 A CONTRATADA prestará a garantia de 5% do valor do contrato nos termos do artigo 137 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da TRENSURB e da Instrução Normativa número 02/2008, da SLTI/MPOG atualizada, com validade durante a execução do contrato e mais três meses após o término da vigência contratual.

19.2 A garantia deverá ser apresentada ao Setor de Contratos – SEACO de acordo com as modalidades previstas na disposição legal acima referenciada, no prazo de dez dias úteis contados da emissão da Ordem de Início de Serviço (OIS), sob pena da aplicação de penalidade previstas em contrato e das demais cominações cabíveis.

19.3 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dias de atraso, observado no máximo de 2% (dois por cento).

19.4 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

19.5 A liberdade da garantia contratual será efetuada, mediante formalização de correspondência encaminhada ao SEACO – Setor de Administração e Contratos, após a

emissão do Termo de Recebimento Definitivo, pelo gestor do contrato.

19.6 A garantia contratual responderá pelo cumprimento das disposições do contrato, ficando a TRENSURB autorizada a executá-la para cobrir multas, indenizações a terceiros e pagamentos de quaisquer obrigações inclusive no caso de rescisão. No caso de a garantia contratual ser na forma de Seguro Garantia fica vedado à CONTRATADA pactuar com Terceiros (Seguradoras ou Instituições Financeiras) cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado à garantia para pagamentos de débitos trabalhistas e previdenciários por descumprimento contratual.

20 REAJUSTAMENTO

20.1 Os valores do contrato poderão ser reajustados com base no IPCA/IBGE, mediante solicitação tempestiva da contratada, após decorrido o interregno mínimo de um ano da data limite para apresentação da proposta, apurando-se o índice pelo período de 12 (doze) meses contados da data da proposta.

20.2. Considera-se tempestivo o pedido de reajuste apresentado formalmente até a data da assinatura do eventual termo aditivo de prorrogação de prazo. A ausência de solicitação expressa, motivada e tempestiva do reajuste até a data de assinatura de termo aditivo de prorrogação de prazo ou extinção do contrato implica renúncia expressa ao direito ao reajuste, configurando preclusão temporal.

20.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.8. Ocorrendo atraso atribuível ao contratado, apurado mediante procedimento administrativo específico, antecipação ou prorrogação na realização dos fornecimentos ou na execução dos serviços, o reajuste obedecerá a legislação pertinente, incluindo o Decreto nº 1.054 de 7 de fevereiro de 1994

21 ESTIMATIVA DE VALORES

A TRENSURB adotará para esta licitação orçamento sigiloso conforme estabelece o Art. 51 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC.

22 SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

22.1 Antes do início das atividades, a CONTRATADA deverá apresentar **cópia por meio digital** da documentação comprobatória do cumprimento da legislação de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme a Portaria nº 3.214/78 e respectivas Normas Regulamentadoras (NRs), ao Setor de Higiene e Segurança do Trabalho – SESMT, para análise e aprovação.

22.2 A documentação deverá ser enviada ao SESMT pela área gestora, via Processo Administrativo Eletrônico – PAE (SEI), conforme norma interna NG PES 614. Para isso, deve ser iniciado um processo específico com a seguinte classificação:

- Iniciar Processo > SEGURANÇA DO TRABALHO > Gestão de documentos de SST para contratos, que deverá ser vinculado ao processo principal do contrato.

22.3 Após a aprovação da documentação, será exigida a participação de todos os empregados da CONTRATADA em Treinamento de Integração de Segurança do Trabalho, com carga horária de 02 horas-aula, realizado pelo SESMT. Somente após essa etapa as atividades poderão ser liberadas.

22.4 O não cumprimento das cláusulas contratuais referentes à SST e os prazos estabelecidos implicará em aplicação de penalidades administrativas e judiciais, conforme legislação trabalhista, previdenciária e contratual.

22.5 É de responsabilidade da CONTRATADA manter atualizada a documentação de SST. A área gestora deverá encaminhar toda atualização ao SESMT via SEI.

22.6 Documentação obrigatória a ser apresentada

- a) Relação de empregados com respectivos cargos;
- b) Ficha de Registro dos empregados;
- c) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA complementar (NR-9);
- d) Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, contendo avaliações de insalubridade e periculosidade;
- e) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO complementar (NR-7);
- f) Atestado de Saúde Ocupacional – ASO (NR-7), adequado às atividades a serem exercidas na TRENSURB;
- g) Ficha de Entrega de Equipamentos de Proteção Individual – EPI (NR-6);
- h) Ordem de Serviço – OS com descrição da tarefa, riscos e recomendações de segurança (NR-1);
- i) Análise Preliminar de Risco – APR, quando aplicável (NR-10 e NR-35);
- j) Autorização formal da empresa para atividades com eletricidade e/ou em altura (NR-10 e NR-35);
- k) Certificados dos cursos de NR-10 e NR-35, quando exigidos;
- l) Indicação de empregado com curso de CIPA para atuação na TRENSURB (NR-5).

Observação: Todos os empregados deverão utilizar calçado fechado nas dependências da

TRENSURB.

22.7 Procedimentos Gerais

- a) Apresentar comprovante de pagamento dos adicionais de insalubridade e/ou periculosidade no prazo de até 45 dias após a OIS (Ordem de Início dos Serviços);
- b) Fornecer uniformes adequados e higienizados para empregados expostos a agentes insalubres ou perigosos;
- c) A inclusão de novo empregado exige envio prévio da documentação ao SESMT com 72 horas de antecedência e participação no processo de integração;
- d) Todo acidente de trabalho deverá ser registrado e comunicado via SEI ao SESMT, com cópia da CAT e Ficha de Investigação e Análise de Acidente;
- e) Toda mudança de atividade que envolva risco deve ser paralisada imediatamente e comunicada oficialmente à TRENSURB;
- f) A CONTRATADA deverá seguir integralmente as normas de SST e os procedimentos internos da TRENSURB;
- h) A empresa deverá indicar membro com curso de CIPA para participar obrigatoriamente das reuniões mensais da CIPA/TRENSURB;
- i) Em caso de dúvidas, o Gestor do Contrato deverá ser contatado, e este deverá consultar o SESMT.

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (DESKTOP, NOTEBOOK, MONITOR E WORKSTATION/SERVIDOR TIPO RACK)

1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS REQUERIDAS PARA DESKTOP (TIPO 1)

1.1 Quantidade: 515

1.2 O modelo ofertado deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento na data de entrega do referido lote.

1.3 Processador com a seguinte configuração:

- Processador Intel Core i5 de 13ª Geração para Desktops, ou superior; ou processador AMD Ryzen 5 5700, ou superior.
- Processador gráfico integrado.
- É obrigatório declarar, na proposta, o modelo do processador ofertado.

1.4 Memória Principal:

- 16 GB tipo DDR-4 2.666MT/s ou superior, se adequando plenamente a velocidade de barramento da placa mãe e do processador, possibilitando o máximo de aproveitamento.

1.5 BIOS e Segurança:

- Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM.
- Possibilidade de habilitar/desabilitar portas USB e serial, com senhas de Setup para Power On e Administrador.
- Todas as atualizações de BIOS e firmware, bem como os drivers do equipamento ofertado, devem estar disponíveis para download gratuito através do sítio do fabricante na internet.
- Condições de operar em ambiente típico de escritório, segundo as normas da ABNT.

1.6 Unidades de Armazenamento:

- 1 unidade de disco SSD, com as seguintes características:
 - o Padrão Serial ATA III, ou superior.
 - o Capacidade de 512 GB, ou superior.
 - o Conectada ao slot NVMe PCIe Gen3 x4, ou superior, integrada ao equipamento.

1.7 Placa de rede Ethernet:

- Controladora de rede Gigabit Ethernet, com as seguintes características mínimas (poderá ser ofertado equipamento com controladora de rede integrada):
 - o Em conformidade com os padrões IEEE.
 - o Suporte a redes Ethernet, Fast-Ethernet, Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps), com reconhecimento automático da velocidade da rede.
 - o Conector RJ-45 fêmea.

1.8 Vídeo:

- 1 Controladora de vídeo integrada (ON-BOARD) com capacidade para alocar, no mínimo, 512 MB de memória.
- 1 conector VGA e, no mínimo, 1 digital (Display Port, DVI ou HDMI), com suporte a DirectX 12 ou superior.

1.9 Portas I/O:

- Mínimo de 4 portas USB, sendo ao menos 2 USB 3.0, e ao menos 2 portas na parte frontal do equipamento.
- Mínimo de 1 porta RJ 45.
- Mínimo de 2 saídas de vídeo (1 saída VGA e 1 saída digital (Display Port, DVI ou HDMI)).

1.10 Gabinete:

- Botão liga/desliga.
- Indicadores ligado/desligado na parte frontal e de acesso ao disco rígido.
- Padrão Small Form Factor (SFF) com volume máximo de 13.000 cm³. Que permita a utilização na posição horizontal e vertical sem comprometer os componentes internos e o funcionamento do computador de forma segura através de base antiderrapante para ambas as orientações, integrada ao gabinete ou através de base original do fabricante do microcomputador.
- Permitir a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (tool less), o projeto tool-less deverá ser original do fabricante do equipamento, não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original.
- Local apropriado, já desenvolvido no projeto do produto, para colocação de lacres ou cadeados mecânicos ou eletrônicos, não sendo aceito adaptações, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o equipamento ou suas partes para atingir esta funcionalidade.

1.11 Alimentação Elétrica:

- Potência suficiente para toda a configuração montada.
- Ajustável automaticamente para as tensões 110v e 220v.

1.12 Teclado:

- Teclado padrão ABNT-2 com no mínimo 104 teclas.
- Da mesma cor do equipamento a ser fornecido.
- Da mesma marca do fabricante do equipamento a ser fornecido.
- Novo e sem uso anterior.
- Conector USB.

1.13 Mouse:

- Mouse óptico ou laser com resolução mínima de 1000 dpi.
- Com três botões e sistema de rolagem de página (Wheel).
- Acompanhado de mouse pad com superfície adequada para utilização de mouse ofertado.
- Da mesma cor do equipamento a ser fornecido.
- Da mesma marca do fabricante do equipamento a ser fornecido.
- Novo e sem uso anterior.
- Conector USB.
- Não poderá ser ofertado "mini-mouse".

1.14 Monitor:

- Monitor com tela de LED 23,8" ou superior, padrão IPS, com tratamento antirreflexivo.
- Formato Widescreen 16:9.
- Tempo de resposta de no máximo 8ms.
- Pixel Pitch de no máximo 0.2745mm.
- Resolução Nativa de 1.920 x 1.080 pixels ou superior.
- Possuir um conector VGA e outro digital (Display Port, DVI ou HDMI).
- Possuir base com ajuste de altura e inclinação, permitindo o uso na vertical.
- Ser novo e sem uso anterior.
- Ajustável automaticamente para as tensões 110v e 220v.
- Acompanhar um cabo VGA e outro conforme a conexão digital (DisplayPort, DVI ou HDMI) disponível.
- Possuir o mesmo tempo de garantia do equipamento a ser fornecido.
- Ser da mesma cor e fabricante do equipamento a ser fornecido.

1.15 Sistema Operacional:

- Licença de sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional 64 bits ou superior, idioma português (Brasil), com respectiva etiqueta afixada no gabinete comprovando autenticidade do produto, pré-instalado, bem como, todos os drivers de adaptadores internos necessários.
- Licença de aplicativo Microsoft Office 2024 Home and Business ou superior, idioma português (Brasil), por tempo ilimitado.

1.16 Compatibilidade e Certificações (Critérios de Sustentabilidade):

- Comprovação que o equipamento ofertado pertence à linha corporativa. Não serão aceitos equipamentos destinados ao uso da linha doméstica.
- O fabricante deve possuir certificação ISO 9001 e em sistema de gestão ambiental com base na norma ISO 14001.
- Não serão aceitas adaptações no equipamento (adição de componentes pelo licitante). Deverá ser comprovado por meio de declaração do fabricante que todo equipamento será integrado em fábrica.
- Atendendo ao disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 6ª Edição (CNS/AGU), e sob os critérios de sustentabilidade para compras públicas, os equipamentos ofertados deverão:
 - o Cumprir os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO, ou regulamento que a venha substituir.
 - o Não conter substâncias perigosas em concentração superior aos limites estabelecidos na Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous

Substances), tais como: Mercúrio (Hg), Chumbo (Pb), Cromo hexavalente (Cr (VI)), Cádmio (Cd), Bifenil polibromados (PBBs), Éteres difenil-polibromados (PBDEs).

1.17 Exigências Complementares:

- A simples “repetição” deste conjunto de especificações na proposta técnica não garante o seu atendimento integral. Não serão consideradas afirmações sem a devida comprovação.
- Deverá ser apresentado junto à proposta comercial o catálogo completo do(s) equipamento(s) ofertado(s) ou manuais/declarações do Fabricante contendo todas as informações técnicas correspondentes ao equipamento (modelo) ofertado na proposta para a devida análise da especificação técnica, sob pena da desclassificação da proposta comercial. Havendo dúvida na análise técnica, poderão ser realizadas diligências no site do Fabricante do equipamento.

2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS REQUERIDAS PARA DESKTOP-POS (TIPO 2)

2.1 Quantidade: 70

2.2 O modelo ofertado deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento na data de entrega do referido lote.

2.3 Processador com a seguinte configuração:

- Processador Intel Core i5 de 10ª Geração para Desktops, ou superior; ou processador AMD Ryzen 5, ou superior.
- Processador gráfico integrado.
- É obrigatório declarar, na proposta, o modelo do processador ofertado.

2.4 Memória Principal:

- 16 GB tipo DDR-4 2.666MT/s ou superior, se adequando plenamente a velocidade de barramento da placa mãe e do processador, possibilitando o máximo de aproveitamento.

2.5 BIOS e Segurança:

- Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM.
- Possibilidade de habilitar/desabilitar portas USB e serial, com senhas de Setup para Power On e Administrador.
- Todas as atualizações de BIOS e firmware, bem como os drivers do equipamento ofertado, devem estar disponíveis para download gratuito através do sítio do fabricante na internet.
- Condições de operar em ambiente típico de escritório, segundo as normas da ABNT.

2.6 Unidades de Armazenamento:

- 1 unidade de disco SSD, com as seguintes características:

- o Padrão Serial ATA III, ou superior.
- o Capacidade de 256 GB, ou superior.

2.7 Placa de rede Ethernet:

- Controladora de rede Gigabit Ethernet, com as seguintes características mínimas (poderá ser ofertado equipamento com controladora de rede integrada):
 - o Em conformidade com os padrões IEEE.
 - o Suporte a redes Ethernet, Fast-Ethernet, Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps), com reconhecimento automático da velocidade da rede.
 - o Conector RJ-45 fêmea.

2.8 Vídeo:

- 1 Controladora de vídeo integrada (ON-BOARD) com capacidade para alocar, no mínimo, 512 MB de memória.
- 1 conector VGA e, no mínimo, 1 digital (Display Port, DVI ou HDMI), com suporte a DirectX 10.1 ou superior.

2.9 Portas I/O:

- Mínimo de 4 portas USB, sendo ao menos 2 USB 3.0, e ao menos 2 portas na parte frontal do equipamento.
- Mínimo de 1 porta RJ 45.
- Mínimo de 2 saídas de vídeo (1 saída VGA e 1 saída digital (Display Port, DVI ou HDMI)).

2.10 Gabinete:

- Botão liga/desliga.
- Indicadores ligado/desligado na parte frontal e de acesso ao disco rígido.
- Padrão Small Form Factor (SFF) com volume máximo de 13.000 cm³. Que permita a utilização na posição horizontal e vertical sem comprometer os componentes internos e o funcionamento do computador de forma segura através de base antiderrapante para ambas as orientações, integrada ao gabinete ou através de base original do fabricante do microcomputador.
- Permitir a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (tool less), o projeto tool-less deverá ser original do fabricante do equipamento, não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original.
- Local apropriado, já desenvolvido no projeto do produto, para colocação de lacres ou cadeados mecânicos ou eletrônicos, não sendo aceito adaptações, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o equipamento ou suas partes para atingir esta funcionalidade.

2.11 Alimentação Elétrica:

- Potência suficiente para toda a configuração montada.
- Ajustável automaticamente para as tensões 110v e 220v.

2.12 Teclado:

- Teclado sem fio padrão ABNT-2 com no mínimo 104 teclas.
- Novo e sem uso anterior.

2.13 Mouse:

- Mouse sem fio óptico ou laser com resolução mínima de 1000 dpi.
- Com três botões e sistema de rolagem de página (Wheel).
- Acompanhado de mouse pad com superfície adequada para utilização de mouse ofertado.
- Novo e sem uso anterior.

2.14 Monitor:

- Monitor com tela de LED 17", padrão IPS, com tratamento antirreflexivo.
- Possuir furação para fixação VESA (75x75).
- Ajustável automaticamente para as tensões 110v e 220v.
- Ser novo e sem uso anterior.
- Possuir o mesmo tempo de garantia do equipamento a ser fornecido.

2.15 Softwares:

- Licença de sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional 64 bits ou superior, idioma português (Brasil), com respectiva etiqueta afixada no gabinete comprovando autenticidade do produto, pré-instalado, bem como, todos os drivers de adaptadores internos necessários.
- **Não é necessária** licença de Microsoft Office.

2.16 Compatibilidade e Certificações (Critérios de Sustentabilidade):

- Comprovação que o equipamento ofertado pertence à linha corporativa. Não serão aceitos equipamentos destinados ao uso da linha doméstica.
- O fabricante deve possuir certificação ISO 9001 e em sistema de gestão ambiental com base na norma ISO 14001.
- Não serão aceitas adaptações no equipamento (adição de componentes pelo licitante). Deverá ser comprovado por meio de declaração do fabricante que todo equipamento será integrado em fábrica.
- Atendendo ao disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 6ª Edição (CNS/AGU), e sob os critérios de sustentabilidade para compras públicas, os equipamentos ofertados deverão:
 - o Cumprir os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO, ou

regulamento que a venha substituir.

- o Não conter substâncias perigosas em concentração superior aos limites estabelecidos na Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como: Mercúrio (Hg), Chumbo (Pb), Cromo hexavalente (Cr (VI)), Cádmio (Cd), Bifenil polibromados (PBBs), Éteres difenil-polibromados (PBDEs).

2.17 Exigências Complementares:

- A simples “repetição” deste conjunto de especificações na proposta técnica não garante o seu atendimento integral. Não serão consideradas afirmações sem a devida comprovação.
- Deverá ser apresentado junto à proposta comercial o catálogo completo do(s) equipamento(s) ofertado(s) ou manuais/declarações do Fabricante contendo todas as informações técnicas correspondentes ao equipamento (modelo) ofertado na proposta para a devida análise da especificação técnica, sob pena da desclassificação da proposta comercial. Havendo dúvida na análise técnica, poderão ser realizadas diligências no site do Fabricante do equipamento.

3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS REQUERIDAS PARA DESKTOP-AVANÇADO (TIPO 3)

3.1 Quantidade: 22

3.2 O modelo ofertado deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento na data de entrega do referido lote.

3.3 Processador com a seguinte configuração:

- Processador Intel Core i7 de 13ª Geração para Desktops, ou superior; ou processador AMD Ryzen 7 7700, ou superior.
- Processador gráfico integrado.
- É obrigatório declarar, na proposta, o modelo do processador ofertado.

3.4 Memória Principal:

- 32 GB tipo DDR-4 2.666MT/s ou superior, se adequando plenamente a velocidade de barramento da placa mãe e do processador, possibilitando o máximo de aproveitamento.

3.5 BIOS e Segurança:

- Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM.
- Possibilidade de habilitar/desabilitar portas USB e serial, com senhas de Setup para Power On e Administrador.
- Todas as atualizações de BIOS e firmware, bem como os drivers do equipamento ofertado, devem estar disponíveis para download gratuito através do sítio do fabricante na internet.
- Condições de operar em ambiente típico de escritório, segundo as normas da ABNT.

3.6 Unidades de Armazenament

- 1 unidade de disco SSD, com as seguintes características:
 - o Padrão Serial ATA III, ou superior.
 - o Capacidade de 1 TB, ou superior.
 - o Conectada ao slot NVMe PCIe 4.0, ou superior, integrada ao equipamento.

3.7 Placa de rede Ethernet:

- Controladora de rede Gigabit Ethernet, com as seguintes características mínimas (poderá ser ofertado equipamento com controladora de rede integrada):
 - o Em conformidade com os padrões IEEE.
 - o Suporte a redes Ethernet, Fast-Ethernet, Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps), com reconhecimento automático da velocidade da rede.
 - o Conector RJ-45 fêmea.

3.8 Placa de vídeo:

- Placa de vídeo dedicada, do tipo “OFF-BOARD”, instalada no barramento PCI Express x16 do equipamento.
- Memória da placa de vídeo do tipo GDDR5 ou superior com, no mínimo, 2GB de memória dedicada.
- Possuir 384 CUDA Cores ou mais.
- Suportar o uso de, no mínimo, 3 monitores simultaneamente.
- Possuir 2 ou mais conectores no padrão digital, possibilitando o uso de múltiplos monitores simultaneamente (Modo Clone ou Estendido).
- Placa de vídeo homologada e presente no portfólio do equipamento.

3.9 Portas I/O:

- Mínimo de 2 slots PCI: 1xPCIe-X16 +1xPCIe-X1.
- Mínimo de 6 portas USB, sendo ao menos 2 USB 3.0, e ao menos 2 portas na parte frontal do equipamento.
- Mínimo de 1 porta RJ 45.
- Mínimo de 2 saídas de vídeo (1 saída VGA e 1 saída DisplayPort, DVI ou HDMI).

3.10 Gabinete:

- Botão liga/desliga.
- Indicadores ligado/desligado na parte frontal e de acesso ao disco rígido.
- Padrão Small Form Factor (SFF) com volume máximo de 13.000 cm³. Que permita a utilização na posição horizontal e vertical sem comprometer os componentes internos e o funcionamento do computador de forma segura através de base antiderrapante para ambas as orientações, integrada ao gabinete ou através de base original do fabricante do microcomputador.

- Permitir a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (tool-less), o projeto tool-less deverá ser original do fabricante do equipamento, não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original.
- Local apropriado, já desenvolvido no projeto do produto, para colocação de lacres ou cadeados mecânicos ou eletrônicos, não sendo aceito adaptações, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o equipamento ou suas partes para atingir esta funcionalidade.

3.11 Alimentação Elétrica:

- Potência suficiente para toda a configuração montada.
- Ajustável automaticamente para as tensões 110v e 220v.

3.12 Teclado:

- Teclado padrão ABNT-2 com no mínimo 104 teclas.
- Da mesma cor do equipamento a ser fornecido.
- Da mesma marca do fabricante do equipamento a ser fornecido.
- Novo e sem uso anterior.
- Conector USB.

3.13 Mouse:

- Mouse óptico ou laser com resolução mínima de 1.000 dpi.
- Com três botões e sistema de rolagem de página (Wheel).
- Acompanhado de mouse pad com superfície adequada para utilização de mouse ofertado.
- Da mesma cor do equipamento a ser fornecido.
- Da mesma marca do fabricante do equipamento a ser fornecido.
- Novo e sem uso anterior.
- Conector USB.
- Não poderá ser ofertado "mini-mouse".

3.14 Monitor:

- Monitor com tela de LED 23,8" ou superior, padrão IPS, com tratamento antirreflexivo.
- Formato Widescreen 16:9.
- Tempo de resposta de no máximo 8ms.
- Pixel Pitch de no máximo 0.2745mm.
- Resolução Nativa de 1.920 x 1.080 pixels ou superior.

- Possuir um conector VGA e outro digital (Display Port, DVI ou HDMI).
- Possuir base com ajuste de altura e inclinação, permitindo o uso na vertical.
- Ser novo e sem uso anterior.
- Ajustável automaticamente para as tensões 110v e 220v.
- Acompanhar um cabo VGA e outro conforme a conexão digital (DisplayPort, DVI ou HDMI) disponível.
- Possuir o mesmo tempo de garantia do equipamento a ser fornecido.
- Ser da mesma cor e fabricante do equipamento a ser fornecido.

3.15 Softwares:

- Licença de sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional 64 bits ou superior, idioma português (Brasil), com respectiva etiqueta afixada no gabinete comprovando autenticidade do produto, pré-instalado, bem como, todos os drivers de adaptadores internos necessários.
- Licença de aplicativo Microsoft Office 2024 Home and Business ou superior, idioma português (Brasil), por tempo ilimitado.

3.16 Compatibilidade e Certificações (Critérios de Sustentabilidade):

- Comprovação que o equipamento ofertado pertence à linha corporativa. Não serão aceitos equipamentos destinados ao uso da linha doméstica.
- O fabricante deve possuir certificação ISO 9001 e em sistema de gestão ambiental com base na norma ISO 14001.
- Não serão aceitas adaptações no equipamento (adição de componentes pelo licitante). Deverá ser comprovado por meio de declaração do fabricante que todo equipamento será integrado em fábrica.
- Atendendo ao disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 6ª Edição (CNS/AGU), e sob os critérios de sustentabilidade para compras públicas, os equipamentos ofertados deverão:
 - o Cumprir os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO, ou regulamento que a venha substituir.
 - o Não conter substâncias perigosas em concentração superior aos limites estabelecidos na Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como: Mercúrio (Hg), Chumbo (Pb), Cromo hexavalente (Cr (VI)), Cádmio (Cd), Bifenil polibromados (PBBs), Éteres difenil-polibromados (PBDEs).

3.17 Exigências Complementares:

- A simples “repetição” deste conjunto de especificações na proposta técnica não garante o seu atendimento integral. Não serão consideradas afirmações sem a devida comprovação.
- Deverá ser apresentado junto à proposta comercial o catálogo completo do(s)

equipamento(s) ofertado(s) ou manuais/declarações do Fabricante contendo todas as informações técnicas correspondentes ao equipamento (modelo) ofertado na proposta para a devida análise da especificação técnica, sob pena da desclassificação da proposta comercial. Havendo dúvida na análise técnica, poderão ser realizadas diligências no site do Fabricante do equipamento.

4 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS REQUERIDAS PARA NOTEBOOK (TIPO 4)

4.1 Quantidade: 160

4.2 O modelo ofertado deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento na data de entrega do referido lote.

4.3 Processador:

- Processador Intel Core i5 Mobile de 10ª Geração, ou superior; ou processador AMD Ryzen 5 , ou superior.
- Processador gráfico integrado;
- É obrigatório declarar, na proposta, o modelo do processador ofertado.

4.4 Memória RAM:

- 16 GB tipo DDR4 SDRAM 2.400 MT/s ou superior, se adequando plenamente a velocidade de barramento da placa mãe e do processador, possibilitando o máximo de aproveitamento.

4.5 Unidades de Armazenamento:

- 1 unidade de disco SSD, com as seguintes características:
 - o Padrão Serial ATA III, ou superior.
 - o Capacidade de 512 GB, ou superior.
 - o Conectada ao slot NVMe PCIe Gen 3 x4, ou superior, integrada ao equipamento.

4.6 Painel do Monitor:

- Integrado ao equipamento.
- Com tecnologia LED.
- Tamanho nominal da tela de 15" ou superior.
- Resolução de 1920x1080 pixels ou superior.
- Controle de brilho regulável através de teclas funcionais do teclado.
- Tratamento antirreflexivo, não sendo aceita a solução glare (brilhante ou polida) ou adesivos antirreflexos.
- Câmera (tipo webcam) integrada no padrão HD 720p.

4.7 Adaptador de Vídeo:

- No mínimo, 1024 MB de memória (dedicada ou compartilhada), ou compatível com o padrão DVMT (Dynamic Video Memory Technology) ou UMA (Unified Memory Architecture).
- Suporte a DirectX 12 ou superior.
- Conexão para monitor externo HDMI ou Display Port, com suporte à resolução FULL HD (1920x1080).

4.8 Interfaces de Rede:

- Placa de rede integrada padrão Ethernet, Fast-Ethernet, Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps).
- Placa de rede Wireless embutida padrão 802.11AC(2x2).
- Interface Bluetooth 4.1 embutida.

4.9 Sistema de Áudio:

- Integrado ao equipamento.
- Dotado de alto-falantes.
- Microfone integrado ao equipamento.

4.10 Fonte de Energia:

- Adaptador AC externo de no mínimo 45-watt com cabo de força incluso.
- O equipamento deve possuir tecnologia de recarga rápida permitindo que a bateria esteja no mínimo 80% cheia em 90 minutos.
- Ajustável automaticamente para as tensões 110v e 220v.

4.11 Bateria:

- Bateria de Lithium-Ion de alta capacidade de no mínimo 45Whr;
- Autonomia de no mínimo 8 horas comprovado através de catálogo do fabricante do equipamento;

4.12 Dispositivo de Entrada:

- Teclado padrão ABNT integrado ao equipamento.
- Mouse embutido do tipo Touch Pad ou Clickpad com 2 botões.

4.13 Interfaces Integradas ao equipamento (não serão aceitas soluções externas):

- 1 porta HDMI ou DisplayPort com adaptador para HDMI, para Monitor Externo.
- 1 saída para microfone externo, podendo ser conector combo.
- 1 saída para fones de ouvido, podendo ser conector combo.
- 1 conector para adaptador de força.
- 1 conector RJ-45.
- 3 (três) portas USB no total, sendo, 01 (uma) porta USB 3.1 energizada.

4.14 Gabinete:

- Botão liga/desliga.
- Permitir a colocação de dispositivo antifurto do tipo kensington (dispositivo de travamento).
- Não existir quaisquer adaptações no gabinete destinadas a implementar o sistema de segurança.
- Peso máximo do conjunto (notebook com bateria instalada) de, no máximo, 1.820 gramas.

4.15 Softwares:

- Licença de sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional 64 bits ou superior, idioma português (Brasil), com respectiva etiqueta afixada no gabinete comprovando autenticidade do produto, pré-instalado, bem como, todos os drivers de adaptadores internos necessários.
- Licença de aplicativo Microsoft Office 2024 Home and Business ou superior, idioma português (Brasil), por tempo ilimitado.

4.16 Acessório:

- Deve ser fornecido uma mochila de notebook apropriada para transporte simultâneo de todos os acessórios fornecidos (unidades externas, adaptadores, cabos, mídias, etc.), da mesma marca/fabricante do computador ou homologado por este.

4.17 Compatibilidade e Certificações (Critérios de Sustentabilidade):

- Comprovação que o equipamento ofertado pertence à linha corporativa. Não serão aceitos equipamentos destinados ao uso da linha doméstica.
- O fabricante deve possuir certificação ISO 9001 e em sistema de gestão ambiental com base na norma ISO 14001.
- Não serão aceitas adaptações no equipamento (adição de componentes pelo licitante). Deverá ser comprovado por meio de declaração do fabricante que todo equipamento será integrado em fábrica.
- Atendendo ao disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 6ª Edição (CNS/AGU), e sob os critérios de sustentabilidade para compras públicas, os equipamentos ofertados deverão:
 - o Cumprir os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO, ou regulamento que a venha substituir.
 - o Não conter substâncias perigosas em concentração superior aos limites estabelecidos na Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como: Mercúrio (Hg), Chumbo (Pb), Cromo hexavalente (Cr (VI)), Cádmio (Cd), Bifenil polibromados (PBBs), Éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.18 Exigências Complementares:

- A simples “repetição” deste conjunto de especificações na proposta técnica não

garante o seu atendimento integral. Não serão consideradas afirmações sem a devida comprovação.

- Deverá ser apresentado junto à proposta comercial o catálogo completo do(s) equipamento(s) ofertado(s) ou manuais/declarações do Fabricante contendo todas as informações técnicas correspondentes ao equipamento (modelo) ofertado na proposta para a devida análise da especificação técnica, sob pena da desclassificação da proposta comercial. Havendo dúvida na análise técnica, poderão ser realizadas diligências no site do Fabricante do equipamento.

5 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS REQUERIDAS PARA WEBCAMS E CAIXAS DE SOM (TIPO 5)

5.1 Quantidade: 110

5.2 O modelo ofertado deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento na data de entrega do referido lote.

5.3 Características da webcam:

- Resolução: FullHD (1080p), ou superior.
- Campo de visão: 60 graus, ou superior.
- Microfone embutido.

5.4 Características das caixas de som:

- Controle de volume.
- Som estéreo.
- 6 W, ou superior.
- Botão liga/desliga.
- Alimentação por USB.
- Plugue para fone de ouvidos em uma das caixas.

5.5 Compatibilidade e Certificações (Critérios de Sustentabilidade):

- O fabricante deve possuir certificação ISO 9001 e em sistema de gestão ambiental com base na norma ISO 14001.
- Atendendo ao disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 6ª Edição (CNS/AGU), e sob os critérios de sustentabilidade para compras públicas, os equipamentos ofertados deverão:
 - o Cumprir os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO, ou regulamento que a venha substituir.
 - o Não conter substâncias perigosas em concentração superior aos limites estabelecidos na Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como: Mercúrio (Hg), Chumbo (Pb), Cromo hexavalente (Cr (VI)), Cádmio (Cd), Bifenil polibromados (PBBs), Éteres

difenil-polibromados (PBDEs).

5.6 Exigências Complementares:

- A simples “repetição” deste conjunto de especificações na proposta técnica não garante o seu atendimento integral. Não serão consideradas afirmações sem a devida comprovação.
- Deverá ser apresentado junto à proposta comercial o catálogo completo do(s) equipamento(s) ofertado(s) ou manuais/declarações do Fabricante contendo todas as informações técnicas correspondentes ao equipamento (modelo) ofertado na proposta para a devida análise da especificação técnica, sob pena da desclassificação da proposta comercial. Havendo dúvida na análise técnica, poderão ser realizadas diligências no site do Fabricante do equipamento.

6 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS REQUERIDAS PARA MONITOR (TIPO 6)

6.1 Quantidade: 132

6.2 O modelo ofertado deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento na data de entrega do referido lote.

6.3 Características:

- Monitor com tela de LED 23,8" ou superior, padrão IPS, com tratamento antirreflexivo.
- Formato Widescreen 16:9.
- Tempo de resposta de no máximo 8ms.
- Pixel Pitch de no máximo 0.2745mm.
- Resolução Nativa de 1.920 x 1.080 pixels ou superior.
- Possuir um conector VGA e outro digital (Display Port, DVI ou HDMI).
- Possuir base com ajuste de altura e inclinação, permitindo o uso na vertical.
- Ser novo e sem uso anterior.
- Ajustável automaticamente para as tensões 110v e 220v.
- Acompanhar um cabo VGA e outro conforme a conexão digital (DisplayPort, DVI ou HDMI) disponível.

6.4 Compatibilidade e Certificações (Critérios de Sustentabilidade):

- O fabricante deve possuir certificação ISO 9001 e em sistema de gestão ambiental com base na norma ISO 14001.
- Não serão aceitas adaptações no equipamento (adição de componentes pelo licitante). Deverá ser comprovado por meio de declaração do fabricante que todo equipamento será integrado em fábrica.
- Atendendo ao disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 6ª Edição (CNS/AGU), e sob os critérios de sustentabilidade para compras públicas, os

equipamentos ofertados deverão:

- o Cumprir os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO, ou regulamento que a venha substituir.
- o Não conter substâncias perigosas em concentração superior aos limites estabelecidos na Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como: Mercúrio (Hg), Chumbo (Pb), Cromo hexavalente (Cr (VI)), Cádmio (Cd), Bifenil polibromados (PBBs), Éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6.5 Exigências Complementares:

- A simples “repetição” deste conjunto de especificações na proposta técnica não garante o seu atendimento integral. Não serão consideradas afirmações sem a devida comprovação.
- Deverá ser apresentado junto à proposta comercial o catálogo completo do(s) equipamento(s) ofertado(s) ou manuais/declarações do Fabricante contendo todas as informações técnicas correspondentes ao equipamento (modelo) ofertado na proposta para a devida análise da especificação técnica, sob pena da desclassificação da proposta comercial. Havendo dúvida na análise técnica, poderão ser realizadas diligências no site do Fabricante do equipamento.

7 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS REQUERIDAS PARA WORKSTATION (TIPO 7)

7.1 Quantidade: 12

7.2 O modelo ofertado deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento na data de entrega do referido lote.

7.3 Processador:

- Processador com performance mínima de 15.000 pontos, no Performance Test 9 da Passmark® Software.
- O desempenho será comprovado por intermédio de resultados de BenchMark, disponíveis em http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php.
- Processador gráfico integrado.
- É obrigatório declarar, na proposta, o modelo do processador ofertado.
- Para efeitos de referência foi utilizado o processador Intel Xeon Silver 4215R. Serão aceitos outros processadores de performance igual ou superior, desde que sejam da mesma ou de geração mais recente, auferidos pelo Passmark.

7.4 Memória Principal:

- No mínimo 32 GB tipo DDR4 2.400MT/s ou superior, se adequando plenamente a velocidade de barramento da placa mãe e do processador, possibilitando o máximo de aproveitamento.

- Possibilidade de expansão para no mínimo 64 GB.

7.5 Unidades de armazenamento e drive óptico:

- 2 (duas) unidades de disco rígido SSD ou SAS "hot-plug" com capacidade individual de 300 (trezentos) GB e performance de 10.000 (dez mil) rotações por minuto. Configuração dos discos em RAID 1.
- 4 (quatro) unidades de disco rígido NL-SAS "hot-plug" com capacidade individual de 8 TB e performance de 7.200 (sete mil e duzentas) rotações por minuto. Configuração dos discos em RAID 5.

7.6 Gabinete e acessórios

- Projeto para utilização em rack, padrão 19", com até 2Us de altura.
- Abertura de gabinete, remoção de placas e unidades de discos sem necessidade de ferramentas.
- Sistema de refrigeração dotado de ventiladores redundantes e hot-plug.
- Sistema de trava na tampa do chassi, impedindo acesso aos componentes internos.
- Interruptor interno ativo para detectar violação do chassi.
- Acompanhar trilhos para rack padrão 19", original do equipamento com braço de gerenciamento e organizador de cabos.

7.7 Gerenciamento remoto e diagnóstico:

- Possuir placa para gerenciamento remoto com porta dedicada de 1Gbps oferecendo os seguintes recursos mínimos: suporte a IMPI 2.0 e IPv6, alertas SNMP, monitoramento em tempo real, inventário e alerta para sistemas de armazenamento e placas de rede, alertas por e-mail, monitoramento de energia, mídia virtual e autenticação, configuração remota.
- Deverá acompanhar software de gerenciamento do próprio fabricante do servidor com ferramentas de software de gestão e consoles visando simplificar a implantação, atualização, monitoramento e manutenção do servidor.
- Capacidade de realizar diagnóstico de falhas com indicação através de painel frontal indicativo textual ou LEDs, para as atividades do equipamento e subsistemas.
- Caso haja necessidade de licenciamento, a placa controladora deverá estar licenciada por no mínimo o período de garantia do equipamento ofertado.

7.8 Sistema operacional:

- Deve possuir sistema operacional Windows Server Standard versão 2025 ou superior.
- Todos os softwares serão fornecidos com as devidas licenças, além do modo de restauração do sistema à sua configuração original (Tipo Quick Restore), com conjuntos completos de *drivers* para todos os dispositivos oferecidos com o equipamento, conforme citado neste edital.

7.9 Compatibilidade e Certificações (Critérios de Sustentabilidade):

- Comprovação que, o produto ofertado pertence à linha corporativa. Não serão aceitos

equipamentos destinados ao uso da linha doméstica.

- Atendendo ao disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 6ª Edição (CNS/AGU), e sob os critérios de sustentabilidade para compras públicas, os equipamentos ofertados deverão:
 - o Cumprir os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO, ou regulamento que a venha substituir.
 - o Não conter substâncias perigosas em concentração superior aos limites estabelecidos na Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como: Mercúrio (Hg), Chumbo (Pb), Cromo hexavalente (Cr (VI)), Cádmio (Cd), Bifenil polibromados (PBBs), Éteres difenil-polibromados (PBDEs).

7.10 Exigências Complementares:

- A simples “repetição” deste conjunto de especificações na proposta técnica não garante o seu atendimento integral. Não serão consideradas afirmações sem a devida comprovação.
- Deverá ser apresentado junto à proposta comercial o catálogo completo do(s) equipamento(s) ofertado(s) ou manuais/declarações do Fabricante contendo todas as informações técnicas correspondentes ao equipamento (modelo) ofertado na proposta para a devida análise da especificação técnica, sob pena da desclassificação da proposta comercial. Havendo dúvida na análise técnica, poderão ser realizadas diligências no site do Fabricante do equipamento.

NAZUR TELLES GARCIA

DIRETOR PRESIDENTE

Porto Alegre, 05 de maio de 2025.

ANEXO 02

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1.1 **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

1.2 **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.enj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

1.3 **Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU**;

1.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

2 **O licitante vencedor de qualquer dos lotes deverá estar apto a apresentar na data de realização do Pregão:**

2.1 Documento de identidade da pessoa física ou do representante legal da pessoa jurídica.

2.2 Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral - CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA.

2.3 Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS.

Será aceito o Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS obtido através da Internet. Neste caso, dentro do prazo de validade.

2.4 Certidão CONJUNTA e INSS Unificada expedida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Será aceita a certidão expedida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional obtida através da Internet. Neste caso, dentro do prazo de validade.

2.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Certidão emitida pelo TST conforme Resolução nº 1.470.

2.6 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos. Declaração emitida pela licitante, sob as penas da Lei, de que está cumprindo o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme Decreto nº 4.358, de 5 de setembro de 2002, nos termos do modelo anexo a esse Edital.

2.7 Em atendimento a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, fica estabelecido que:

2.7.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

2.7.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis prorrogáveis por igual período a critério da administração, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.7.3 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 2.7.2, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.8 **Deve ser apresentada cópia do CONTRATO SOCIAL da empresa licitante vencedora,** onde deve constar compatibilidade com o objeto licitado.

No caso de:

a) sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada: Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado no registro competente, com sua(s) respectiva(s) alteração(ões), ou a sua última consolidação, acompanhado do documento comprobatório de seus administradores devidamente registrado;

b) sociedade simples: Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado no registro competente, com sua(s) respectiva(s) alteração(ões), ou a sua última consolidação, bem como documento que comprove a indicação de seus administradores;

c) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

d) microempreendedor individual: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ;

e) microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

2.9 **A Qualificação econômico financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**

2.9.1 Apresentação do Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

2.9.1.1 Para as empresas que escrituram o Livro Diário Digital na forma prevista na DREI/SGD/ME Nº 82, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021, deverão ser apresentados, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis dele extraídas, Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital e Recibo de Entrega de Livro Digital emitidos pelo Programa Validador e Assinador (PVA), que comprova a autenticação, conforme previsto no Decreto nº 8.683/2016.

2.9.1.2 Para as empresa que não escrituram o Livro Diário Digital na forma prevista na DREI/SGD/ME Nº 82, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021, deverão apresentar cópia dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante e/ou em outro órgão equivalente, onde foi transcrito o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta.

2.9.2 Os ÍNDICES adotados pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos:

a) Liquidez Corrente: $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = 1,00$ (hum, vírgula zero)

Passivo Circulante

b) Liquidez geral: $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = 1,00$ (hum, vírgula zero)

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

c) Solvência geral: $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = 1,00$ (hum, vírgula zero)

(Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)

d) Caso os índices LC, LG e SG sejam inferiores ao estabelecido nas alíneas "a" , "b" e "c" acima, respectivamente, a licitante deverá possuir capital social ou patrimônio líquido, mínimo, de 10 % do valor estimado da contratação.

3. Os documentos necessários à habilitação poderão ser solicitados em original, mediante cópia autenticada pelo pregoeiro, membro da Equipe de Apoio ou Comissão Especial de Licitação, por publicação em órgão da imprensa oficial ou obtidos pela internet em sítios oficiais do órgão emissor, conforme disposto no item 8.36.1 e 8.36.2 da seção II do edital.

ANEXO 03

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS, DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR e DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO CÓDIGO DE ÉTICA DA TRENSURB

.....(nome da empresa), CNPJ/MF nº, sediada à
.....(endereço completo), declara, sob as penas de Lei, que:

1 - para fins do disposto no art. 59, § 2º, inc. V, “a” do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da TRENSURB, conhecer o Código de Ética da TRENSURB, disponível no sítio eletrônico da empresa.

2 - para fins do disposto no art. 59, § 2º, inc. V, “b” do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da TRENSURB, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

3 - para fins do disposto no art. 59, § 2º, inc. V, “c” do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da TRENSURB inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, de de

.....
Assinatura do Declarante

.....
Nome completo e nº do RG do Declarante

ANEXO 04

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO SOMENTE PARA AS EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO
INCISO XI DO ART. 4º.

(Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide art. 3º da IN RFB nº 1.244/2012).

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante

informa que: I - preenche os

seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data, de de

.....
Assinatura do Declarante

.....
Nome completo e nº do RG do Declarante

ANEXO 05

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM ME / EPP

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no item 7.1.1 do EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO Nº XX/202X, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda, nos termos do artigo 4º, §2 da Lei 14.133/2021, que no ano-calendário da realização desta licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, assim como, por preencher os requisitos legais, pretende usufruir do direito de preferência para contratação na presente licitação, na forma do parágrafo 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se enquadrando nas vedações constantes dos parágrafos 4º e 9º, art. 3º, do referido Diploma Legal.

Local e data, de de

.....

Assinatura do Declarante

.....

Nome completo e nº do RG do Declarante

ANEXO 06

MODELO DE PEDIDO DE COMPRAS DA TRENSURB

(Instrumento equivalente de contrato)

CONTRATO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA COM INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS TIPOS: DESKTOP, NOTEBOOK, WEBCAM E CAIXAS DE SOM, MONITOR E WORKSTATION/SERVIDOR TIPO RACK. SENDO TODOS OS EQUIPAMENTOS NOVOS, ATUALIZADOS, PROVIDOS DE SISTEMA OPERACIONAL E SOFTWARE DE AUTOMAÇÃO DE ESCRITÓRIO, PARA USO NAS DEPENDÊNCIAS DA TRENSURB, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS EM EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE ENTRE SI FAZEM A EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB E XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Processo Administrativo nº 0000958.00000342/2025-87

Processo Licitatório: Edital de Pregão Eletrônico nº 113/2025

Celebram o presente Contrato a **EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB**, empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede na Av. Ernesto Neugebauer, nº 1985, nesta capital, inscrita no CNPJ sob nº 90.976.853/0001-56, a seguir denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Sr. Nazur Telles Garcia, e por seu Diretor de Administração e Finanças, Sr. Ernani Fagundes, e a **EMPRESA XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede na XXXXXXXXXXXX, conjunto XXXX, cidade XXXX, CEP nº XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXX, aqui representada por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, o qual se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato Serviço de Locação de Equipamentos de Informática com Instalação e Manutenção dos tipos: desktop, notebook, webcam e caixas de som, monitor e workstation/servidor tipo rack. Sendo todos os equipamentos novos, atualizados, providos de sistema operacional e software de automação de escritório, para uso nas dependências da TRENSURB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da emissão da Ordem de Início dos Serviços (OIS).

Parágrafo primeiro - A Ordem de Início dos Serviços somente será gerada após a emissão da respectiva nota de empenho de acordo com a disponibilidade orçamentária da

TRENSURB.

Parágrafo segundo - O contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme previsto em lei.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto contratual, o valor de R\$ XXXXXXXXX (xxxxxxx), na forma e condições previstas no Edital.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão creditados em nome da CONTRATADA, de acordo com as condições apresentadas no Projeto Básico e constantes do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da TRENSURB, mediante ordem bancária em conta corrente indicada pela CONTRATADA, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Edital, até o 30º (trigésimo) dia após o recebimento no seu protocolo, o que estará adstrito ao atestado de recebimento emitido pela área requisitante ou gestor do CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro - A nota fiscal deverá ser encaminhada ao endereço eletrônico nf-e.servicos@trensurb.gov.br.

Parágrafo segundo - Estando a documentação completa para encaminhamento, a CONTRATADA apresentará a fatura no protocolo da CONTRATANTE, que a encaminhará ao Setor de Administração e Contratos - SEACO, para as providências cabíveis.

Parágrafo terceiro - A CONTRATANTE só efetuará o pagamento após a efetiva comprovação da quitação das obrigações trabalhistas, encargos sociais e fiscais relativos ao mês anterior ao da respectiva fatura.

Parágrafo quarto - A CONTRATADA deverá encaminhar, juntamente com a fatura, certidão negativa de débito - CND do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS, bem como certidões negativas de quitação de tributos e contribuições federais, quitação da dívida ativa da União e comprovação do recolhimento do INSS e FGTS atualizadas, assim como as certidões negativas de débitos estaduais e municipais.

Parágrafo quinto - A nota fiscal deverá conter o mesmo número do CNPJ do contrato, sob pena do pagamento não ser efetivado até que a situação se regularize.

Parágrafo sexto - Haverá retenção de ISSQN sobre os serviços passíveis de retenção previstos no art. 6º, §2º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 116/2003.

Parágrafo sétimo - A Nota Fiscal de prestação de serviços deverá conter o nome do município onde o serviço será prestado e a alíquota de ISSQN incidente sobre o serviço, ou a indicação de que o serviço é imune, isento, ou de que o fornecedor reveste-se de característica especial em que está dispensada a retenção de ISSQN.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA prestará a garantia contratual de 5% (por cento) do valor do contrato, nos termos do art. 133 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da TRENSURB, com validade durante a execução do contrato e mais três meses após o término da vigência contratual.

Parágrafo Segundo - A garantia deverá ser apresentada ao Setor de Contratos - SEACO de acordo com as modalidades previstas na disposição legal acima referenciada, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da emissão da Ordem de Início de Serviço (OIS), sob pena da aplicação de penalidade prevista em Contrato e das demais cominações cabíveis.

Parágrafo Terceiro - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato

por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Parágrafo Quarto - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

Parágrafo Quinto - A liberação da garantia contratual será efetuada mediante formalização de correspondência encaminhada ao SEACO - Setor de Administração e Contratos, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, pelo gestor do contrato.

Parágrafo Sexto - A garantia contratual responderá pelo cumprimento das disposições do contrato, ficando a TRENSURB autorizada a executá-la para cobrir multas, indenizações a terceiros e pagamentos de quaisquer obrigações inclusive no caso de rescisão. No caso da garantia contratual ser na forma de Seguro Garantia, fica vedado à CONTRATADA pactuar com Terceiros (Seguradoras e/ou Instituições Financeiras) cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado à garantia para o pagamento de débitos trabalhistas e previdenciários por descumprimento contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOCUMENTAÇÃO

Fazem parte integrante do presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital e seus anexos, o Processo Administrativo nº 0000958.00000342/2025-87, a Proposta da CONTRATADA e todos os demais documentos referentes ao objeto contratual.

Parágrafo único - A prevalência a jurídica dos documentos é a seguinte:

- a) o Edital;
- b) o instrumento contratual;
- c) a proposta da CONTRATADA;
- d) os demais documentos relativos ao objeto contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Programação de trabalho: XXXXXXXXXXXXX

Denominação: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Fonte de Recursos: xxxxxx

Natureza da Despesa: xxxxxxxx

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá à CONTRATADA, além das responsabilidades resultantes da Lei nº 13.303/2016 com suas alterações, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da TRENSURB e demais normas pertinentes à matéria, bem como pelas regras e condições estabelecidas no Projeto Básico, obedecer o disposto nos parágrafos seguintes.

Parágrafo Primeiro - Executar os serviços conforme especificações do Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA deverá observar todas as normas técnicas e legislação vigente relacionadas ao objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

Parágrafo Quarto - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

Parágrafo Quinto - Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

Parágrafo Sexto - Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

Parágrafo Sétimo - Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

Parágrafo Oitavo - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

Parágrafo Nono - Apresentar, quando solicitado, documentações pertinentes à comprovação do objeto e sua execução.

Parágrafo Décimo - Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Projeto Básico.

Parágrafo Décimo Primeiro - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da TRENSURB.

Parágrafo Décimo Segundo - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

Parágrafo Décimo Terceiro - Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

Parágrafo Décimo Quarto - Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos completos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Parágrafo Décimo Quinto - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

Parágrafo Décimo Sexto - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

Parágrafo Décimo Sétimo - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto contratado.

Parágrafo Décimo Oitavo - Executar todos os serviços propostos especificados, prestando assistência técnica integral, atendendo a todas as obrigações relacionadas no Projeto Básico.

Parágrafo Décimo Nono - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

Parágrafo Vigésimo - Responsabilizar-se pela eventual remoção e instalação dos equipamentos quando houver a necessidade de alteração de local de utilização, correndo por sua conta todos os custos e despesas decorrentes, inclusive transporte.

Parágrafo Vigésimo Primeiro - Promover orientação e instruções técnicas, para o manuseio do equipamento de maneira a evitar o mau uso e consequente quebra do equipamento.

Parágrafo Vigésimo Segundo - A empresa CONTRATADA deverá prestar os serviços dentro de um grau elevado de qualidade, através de funcionários devidamente treinados, experientes e aptos para o desempenho de funções para as quais foram designados.

Parágrafo Vigésimo Terceiro - Implantar adequadamente a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz.

Parágrafo Vigésimo Quarto - Responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente.

Parágrafo Vigésimo Quinto - A CONTRATADA deverá, mediante instrumento de mandato ou equivalente, nomear oficialmente um Preposto antes do início da execução do contrato, aceito pela Administração, o qual será o responsável por todos os serviços contratados e responderá por todos os procedimentos administrativos e de Segurança do Trabalho, respondendo também pelos procedimentos de manutenção a serem executados no respectivo contrato, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas da CONTRATANTE, conforme o art. 145 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da TRENURB.

Parágrafo Vigésimo Sexto - A CONTRATADA deverá instruir seu Preposto para representá-la na execução do contrato acatando as orientações da CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE (Área Gestora, Área Técnica e Segurança do Trabalho) o número de ao menos 1 (um) telefone celular DDD prefixo (51) horário comercial e 1 (um) endereço de e-mail para contato com o Preposto nomeado a fim de que a CONTRATANTE possa registrar e relatar, de maneira célere, as ocorrências e quaisquer pendências neste contrato.

Parágrafo Vigésimo Sétimo - Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, assumindo ainda as responsabilidades civil e penal, bem como as demais sanções legais decorrentes do descumprimento dessas responsabilidades.

Parágrafo Vigésimo Oitavo - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração, inclusive quanto à prevenção de incêndios e às de segurança e medicina do trabalho.

Parágrafo Vigésimo Nono - Repor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da respectiva intimação, após a devida comprovação, qualquer objeto da CONTRATANTE e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

Parágrafo Trigésimo - Atender prontamente quaisquer exigências do representante da CONTRATANTE inerentes ao objeto da contratação.

Parágrafo Trigésimo Primeiro - A CONTRATADA deverá apresentar relatórios mensais informando o resultado de toda inspeção e serviço de manutenção prestados, junto com o documento de cobrança.

Parágrafo Trigésimo Segundo - Emitir documento de cobrança contemplando única e exclusivamente os serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA.

Parágrafo Trigésimo Terceiro - Os serviços a serem contratados pela Administração, em nada alteram o regime trabalhista, o vínculo empregatício e as obrigações existentes entre os empregados designados à sua execução e a empresa contratada, nos termos da legislação trabalhista, previdenciária e tributária, conforme determina o art. 77 da Lei nº 13.303/2016.

Parágrafo Trigésimo Quarto - Os empregados designados pela CONTRATADA para a

execução dos serviços contratados deverão prestar os serviços de acordo com suas especificações, observar as normas internas da empresa, tratar com urbanidade e polidez o público em geral e os funcionários.

Parágrafo Trigésimo Quinto - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo dos empregados por ela designados na execução do contrato, devendo reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os danos causados, comprovadamente, por seus funcionários.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Durante a vigência deste Contrato, a CONTRATANTE deverá:

Parágrafo Primeiro - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

Parágrafo Segundo - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, podendo a fiscalização receber assessoria de empresa especializada.

Parágrafo Terceiro - Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

Parágrafo Quarto - Efetuar o pagamento dos serviços objeto deste contrato, desde que não haja alterações ou pendências a serem atendidas. O retardamento da liquidação do documento de cobrança de serviços, em razão de fatos de responsabilidade da CONTRATADA, não ensejará atualização financeira dos valores correspondentes aos documentos de cobrança pagos com atraso. A liberação das faturas para pagamento estará condicionada à apresentação por parte da CONTRATADA, de todos os documentos de comprovação da execução dos serviços, bem como de documentos que comprovem o pagamento dos salários e benefícios referentes ao último mês em que o serviço foi prestado e o pagamento dos encargos referentes ao mês anterior.

Parágrafo Quinto – Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA, em conformidade com o item 6, Anexo XI, da IN SEGES nº 5/2017.

Parágrafo Sexto - Prestar aos funcionários da CONTRATADA as informações e esclarecimentos pertinentes de que disponha e que eventualmente venham a ser solicitados e indicar a área onde os serviços serão executados.

Parágrafo Sétimo - Exigir após ter advertido a empresa contratada por escrito, o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto seu, que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

Parágrafo Oitavo - Apurar e aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

Parágrafo Nono - Não permitir que a mão-de-obra execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS SERVIÇOS E SUA EXECUÇÃO

A CONTRATADA deverá executar o serviço objeto deste Contrato em observância às determinações e especificações do Projeto Básico constante do Edital de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução é o de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 42, inciso I da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Nos termos do art. 140 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da TRENSURB, o contrato somente poderá ser alterado por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar.

Parágrafo Primeiro - A celebração de aditamentos contratuais para obras, serviços e fornecimentos deverá atender os seguintes requisitos:

I - manifestação e justificativa da área interessada;

II - demonstração da execução dos serviços com adequado padrão de qualidade pela CONTRATADA mediante avaliação da gestão e fiscalização do contrato;

III - consulta à CONTRATADA quanto ao seu interesse na alteração do contrato, estabelecendo prazo razoável para o recebimento da resposta, sob pena de não alterá-lo;

IV - comprovação de que a CONTRATADA mantém as condições de habilitação;

V - análise da área jurídica e elaboração da minuta do instrumento contratual;

VI - comprovação de existência de crédito orçamentário;

VII - autorização da Autoridade Competente;

VIII - emissão e assinatura do instrumento contratual

Parágrafo Segundo - No caso de discordância da CONTRATADA ou de parecer desfavorável da área jurídica, a área demandante deverá ser comunicada sobre a necessidade de elaboração do planejamento para nova contratação ou outra medida que considerar pertinente.

Parágrafo Terceiro - É vedada a celebração de termo aditivo de contrato cujo prazo de vigência tenha expirado, por ausência de previsão legal.

Parágrafo Quarto - Nos casos de pedido de reajuste, repactuação e revisão de preços contratados, devem ser observados os requisitos previstos nas normas internas da TRENSURB.

Parágrafo Quinto - O reajuste, a revisão de preços ou a repactuação dependerão de pedido tempestivo da CONTRATADA e visam a assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato dentro do prazo de vigência, observados os critérios estabelecidos no instrumento contratual.

Parágrafo Sexto - Na aplicação do reajuste, deve ser observado o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, apurando-se o índice de reajuste a partir da data de aniversário da proposta, conforme fórmula prevista no instrumento contratual.

Parágrafo Sétimo - Na aplicação da repactuação deve ser observado o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, a contar do acordo ou convenção coletiva de trabalho que fundamentou a proposta da CONTRATADA.

Parágrafo Oitavo - O reajuste contratual, baseado em variação de índice específico ou setorial, poderá ser aplicado aos contratos de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra.

Parágrafo Nono - A repactuação é cabível somente aos contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra e será concedida após a comprovação da efetiva variação de custos, por meio da apresentação da nova Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, planilha de custos atualizada, demonstração do repasse dos benefícios aos empregados que prestam serviços nas dependências da TRENSURB, dentre outros documentos pertinentes ao pedido.

Parágrafo Décimo - As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação do

prazo contratual ou com o encerramento do contrato, ressalvadas as hipóteses de não divulgação dos índices de reajuste pelas normas coletivas.

Parágrafo Décimo Primeiro - A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro visa restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando risco econômico extraordinário e extracontratual.

Parágrafo Décimo Segundo - Nos casos em que o deferimento do pleito de revisão, reajuste ou repactuação tenha ocorrido após a extinção do contrato, bem como nos casos extraordinários em que não foi possível realizar o pagamento dentro do prazo de vigência contratual, devidamente justificado no processo da contratação, a formalização do pagamento deverá ocorrer por meio de Termo de Confissão de Dívida.

Parágrafo Décimo Terceiro - O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites ora estabelecidos, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

Parágrafo Décimo Quarto - Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no parágrafo anterior.

Parágrafo Décimo Quinto - No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser pagos pela TRENURB pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

Parágrafo Décimo Sexto - A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

Parágrafo Décimo Sétimo - Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos do contratado, a TRENURB deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Parágrafo Décimo Oitavo - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

Parágrafo Décimo Nono - É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Constitui infração administrativa a inexecução total ou parcial do objeto ou de qualquer das obrigações previstas no Projeto Básico ou Contrato, bem como atrasar a prestação da garantia contratual principal, de reforço ou em face de prorrogação contratual, ensejar o

retardamento da prestação ou fornecimento; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não manter todas as condições da proposta.

Parágrafo primeiro - A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I. - advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

II. - multa moratória no percentual correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento), calculada sobre valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 2% (dois por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, após o qual poderá haver a rescisão do contrato;

a) em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

b) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

III. - multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, não obstante o dever de indenizar prejuízos decorrentes;

a) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

IV. - suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 83, III, da Lei nº 13.303/2016;

Parágrafo segundo - A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

Parágrafo terceiro - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas as quais podem ser cumulativas.

Parágrafo quarto - Também fica sujeita às penalidades do art. 83, inc. III da Lei nº 13.303/2016, a CONTRATADA que:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo quinto - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303/2016, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

Parágrafo sexto - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo sétimo - As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE poderão ser deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos por GRU no prazo de 15 dias, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente, conforme a conveniência da Administração.

Parágrafo oitavo - As penalidades serão registradas no SICAF, quando couber.

Parágrafo nono - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas

cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O presente Contrato poderá ser rescindido por inexecução total ou parcial do objeto, bem como nos demais casos previstos na Lei nº 13.3033/2016, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da TRENURB, no presente Contrato e no Projeto Básico.

Parágrafo primeiro - Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o descumprimento de obrigações contratuais;

II - a alteração da pessoa do contratado, mediante:

a) a subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da TRENURB, observado o presente Regulamento;

b) a fusão, cisão, incorporação, ou associação do contratado com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da TRENURB.

III - o desatendimento das determinações regulares do gestor do contrato;

IV - o cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

VI - a decretação de falência ou a insolvência civil do contratado;

VII - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, desde que prejudique a execução do contrato;

VIII - razões de interesse da TRENURB, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;

IX - o atraso nos pagamentos devidos pela TRENURB decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

X - a não liberação, por parte da TRENURB, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XI - a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XII - a não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

XIII - o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

XIV - o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

XV - ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública; ter dificultado atividade de investigação ou

fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

Parágrafo segundo - A rescisão do contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a TRENSURB;

III - judicial, nos termos da legislação.

§ 1º A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I deste artigo, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços essenciais, o prazo a que se refere o §1º será de 120 (cento e vinte) dias.

§ 3º Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.

Parágrafo terceiro - A rescisão por ato unilateral da TRENSURB acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Regulamento:

I - assunção imediata do objeto contratado, pela TRENSURB, no estado e local em que se encontrar;

II - execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela TRENSURB;

III - na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à TRENSURB.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

Os valores do presente contrato poderão ser reajustados com base no IPCA/IBGE, mediante solicitação tempestiva e motivada da **CONTRATADA**, após decorrido o interregno mínimo de um ano da emissão da OIS, apurando-se o índice pelo período de 12 (doze) meses contados da data da proposta.

Parágrafo Primeiro - Considera-se tempestivo o pedido de reajuste apresentado formalmente até a data da assinatura do eventual termo aditivo de prorrogação de prazo ou a data de término do contrato, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - A ausência de solicitação expressa, motivada e tempestiva do reajuste até a data de assinatura de termo aditivo de prorrogação de prazo ou extinção do contrato implica renúncia expressa ao direito de reajuste, configurando preclusão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A TRENSURB e a **CONTRATADA** se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018).

Parágrafo primeiro - O tratamento de dados será limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, ou para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as

competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, por determinação judicial ou por requisição da ANPD.

Parágrafo segundo - A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados que tenha acesso durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual, relativos ao tratamento de dados pessoais que se faça necessário, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018), sendo vedada a utilização de dados pessoais a que tenha acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

Parágrafo terceiro - A CONTRATADA compromete-se a implementar e manter medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança e proteção dos dados pessoais que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito, devendo, inclusive, assegurar que todos os seus colaboradores, prepostos ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso ou conhecimento dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, segurança e sigilo de tais dados.

Parágrafo quarto - A CONTRATADA compromete-se a adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados, devendo comunicar formalmente e de imediato à TRENSURB a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais.

Parágrafo quinto - A CONTRATADA fica obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano ou prejuízo, incluindo sanções aplicadas pela ANPD, decorrentes de tratamento inadequado ou ilícito dos dados pessoais coletados para a execução das finalidades deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA BASE LEGAL

A presente contratação é regida pela Lei nº 13.303/2016 e pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da TRENSURB.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o foro da Justiça Federal Subseção Judiciária de Porto Alegre/RS, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente contratação.

E, por estarem de comum acordo, firmam eletronicamente o presente contrato nesta data.